

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Jéssica Alves dos Santos

**As relações entre Estados Unidos e Israel durante o governo de Donald Trump  
(2017-2021)**

Dourados  
Março, 2024

Jéssica Alves Dos Santos

**As relações entre Estados Unidos e Israel durante o governo de Donald Trump  
(2017-2021)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação do Prof. Dr. Bruno Boti Bernardi

Dourados  
Março, 2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S237r Santos, Jessica Alves Dos

As relações entre Estados Unidos e Israel durante o governo de Donald Trump (2017-2021) [recurso eletrônico] / Jessica Alves Dos Santos. -- 2024.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Bruno Boti Bernardi.

TCC (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2024.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Relações entre EUA e Israel. 2. Oriente Médio. 3. Política externa americana. 4. Governo Trump. 5. Lobby de Israel. I. Bernardi, Bruno Boti. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

---

**ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Em 07 de março de 2024, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, a aluna **Jéssica Alves dos Santos** tendo como título “**As relações entre Estados Unidos e Israel durante o governo de Donald Trump (2017-2021)**”.

Constituíram a Banca Examinadora os professores **Dr. Bruno Boti Bernardi** (orientador), **Dra. Déborah Silva do Monte** (examinadora) e **Dr. Mario Teixeira Sá Junior** (examinador).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado APROVADO.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: Trabalho elogiado e com recomendação para publicação.

Assinaturas:

**Dr. Bruno Boti Bernardi**

Orientador

*Déborah Silva do Monte*

**Dra. Déborah Silva do Monte**

Examinadora

**Dr. Mario Teixeira Sa Junior**

Examinador

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer a todos e todas que, de alguma forma, participaram da minha vida durante esses cinco anos. Primeiramente, agradeço a Deus pela sabedoria, força e saúde. Aos meus pais, Célia e José Miguel, agradeço pela criação, pelo apoio, pelos ótimos conselhos durante a escrita do TCC e por sempre acreditarem em mim, mesmo quando eu mesma não acreditava. À minha tia Sônia, pela ajuda durante os anos da faculdade. Às minhas amigas, Beatriz, Maria Eduarda e Maria Luiza, pela amizade e pelos momentos felizes juntas. Ao meu orientador, Bruno Boti Bernardi, pela ótima orientação e ajuda durante a escrita deste trabalho. E a todas as pessoas, amigos e familiares, que marcaram minha vida em qualquer fase dela.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo abordar as relações entre Estados Unidos e Israel durante o governo de Donald Trump (2017-2021), seus desdobramentos, consequências e por quês, a fim de entender a mudança de rumos da política externa americana em face da aliança entre ambos. A partir disso, busca-se discorrer sobre a história das relações entre os dois países desde seus anos iniciais até o mandato de Trump, analisando os principais acontecimentos e os eventos históricos que criaram a proximidade encontrada na relação entre os países hoje. Também, busca-se entender e analisar as principais políticas adotadas por Donald Trump durante esse período, quais suas influências e as consequências apresentadas. Diante deste cenário, o estudo discute as influências da política interna americana na tomada de decisão em política externa, orientando-se a compreender o lobby de Israel e sua relação com o governo Trump. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que tem como base dados primários, discursos e documentos oficiais somados com o uso de fontes secundárias como livros, artigos, notícias, teses e dissertações. Quanto ao método, esta pesquisa usa o método descritivo a fim de alcançar o objetivo de entender a aproximação entre os países durante a “Era Trump”. Conclui-se que a aproximação entre os países se dá por aspectos da política externa bem como da política interna.

**Palavras-chave:** relações entre EUA e Israel; Oriente Médio; política externa americana; lobby de Israel; governo Trump.

## **ABSTRACT**

This research aims to address the relationship between the United States and Israel during Donald Trump's administration (2017-2021), its developments, consequences and underlying reasons, in order to understand the change in direction of American foreign policy towards the alliance between the two countries. This research seeks to discuss the record of relations between the two countries from their initial years until Trump's mandate, analyzing the main events and the historical events that created the closeness found in the relationship between the countries today. It also seeks to understand and analyze the main policies adopted by Donald Trump during this period, their influences and consequences. Against this backdrop, the study discusses the influences of American domestic politics on foreign policy decision-making, focusing on understanding the Israel lobby and its relationship with the Trump administration. This is a qualitative study based on data, speeches and official documents, in addition to the use of secondary sources such as books, articles, news, theses and dissertations. As for the method, this research uses the descriptive method in order to achieve the objective of understanding the rapprochement between the countries during the "Trump Era". It is concluded that the rapprochement between the countries is due to aspects of foreign policy as well as domestic policy.

**Key-words:** relationship between US and Israel; Middle East; US foreign policy; Israel lobby; Trump administration.

## SUMÁRIO

<b>1 - INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
1.1 OBJETIVOS, PROBLEMÁTICA E ESTRUTURA DO TEXTO.....	7
1.2 JUSTIFICATIVA.....	8
1.3 METODOLOGIA.....	9
<b>2 - HISTÓRIA DAS RELAÇÕES ENTRE ESTADOS UNIDOS E ISRAEL.....</b>	<b>10</b>
2.1 A POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE E SUA RELAÇÃO COM O ORIENTE MÉDIO.....	10
2.2 DA CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL À GUERRA DOS SEIS DIAS.....	14
2.3 A GUERRA DOS SEIS DIAS E A RELAÇÃO ESPECIAL ENTRE ESTADOS UNIDOS E ISRAEL.....	21
2.4 A GUERRA AO TERROR E O PAPEL DE ISRAEL NA NOVA FASE DA POLÍTICA EXTERNA AMERICANA.....	30
<b>3 - AS RELAÇÕES EUA-ISRAEL DURANTE O GOVERNO TRUMP (2017-2021). 34</b>	<b>34</b>
3.1 RECONHECIMENTO DE JERUSALÉM COMO CAPITAL DE ISRAEL.....	38
3.2 A RESPOSTA DE TRUMP AO PLANO DE AÇÃO CONJUNTO GLOBAL.....	42
3.3 RECONHECIMENTO DA SOBERANIA ISRAELENSE SOBRE AS COLINAS DE GOLÃ.....	44
3.4 OS ACORDOS DE ABRAÃO E O PEACE TO PROSPERITY.....	45
<b>4 - A INFLUÊNCIA DO LOBBY PRÓ-ISRAEL NA POLÍTICA EXTERNA AMERICANA.....</b>	<b>51</b>
<b>5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>59</b>
<b>6 - REFERÊNCIAS.....</b>	<b>60</b>

## 1 - INTRODUÇÃO

A relação especial entre Estados Unidos e Israel representa um tópico importante para a política internacional e para o Oriente Médio em geral. Construída desde a criação do Estado judeu, essa aliança foi responsável por acontecimentos significativos e é posta como essencial para o estabelecimento de Israel como uma das maiores potências militares do Oriente e do mundo, fato que interfere consideravelmente na balança de poder e no status quo da região. A conjuntura da criação do Estado de Israel durante a Guerra Fria foi importante para a aproximação entre os países, assim como o papel desempenhado por Israel em outras fases da política externa americana também se somou à conveniência dessa aliança. Ademais, a participação de grupos de interesse pró-Israel na política interna dos Estados Unidos e sua influência dentro do governo americano pesam consideravelmente do início da relação até os dias de hoje.

Ao longo dos anos, os governos que administraram os EUA desde a criação de Israel, em maio de 1948, se inclinaram a desenvolver essa aliança com base nessas interferências internas e no peso estratégico de ter os israelenses como aliados regionais, principalmente após acontecimentos como a Guerra dos Seis Dias, de 1967, que mudaram consideravelmente a visão dos americanos frente ao país. Essa relação, ainda, foi construída concomitantemente com certo esforço dos presidentes americanos em incluir os Estados Unidos como mediador dos conflitos árabe-israelenses, sendo diretamente entre Israel e Palestina ou entre Israel e seus outros vizinhos árabes, como o Egito. Esse empenho pode ser visto nos Acordos de Camp David, nos anos 1970, ou nos Acordos de Oslo, nos anos 1990, além de diversas conversas e pedidos dos governos americanos por diplomacia nos momentos em que os conflitos se iniciavam.

A atuação dos governos anteriores ao de Trump, mesmo claramente aliada a Israel, seguia uma tendência de abordagem mais balanceada, buscando conseguir concessões tanto dos palestinos quanto de israelenses, e por vezes condenando ações e políticas de Israel. Essa tendência, entretanto, não pode ser vista durante o mandato de Donald Trump, que antepôs sua relação com Israel em detrimento do alcance de um tratado de paz entre os povos e de seu próprio legado como mediador do conflito.

## 1.1 OBJETIVOS, PROBLEMÁTICA E ESTRUTURA DO TEXTO

A presente pesquisa pretende abordar as relações entre Estados Unidos e Israel durante o governo de Donald Trump (2017-2021), seus desdobramentos, consequências e por quês, a fim de entender a mudança de rumos da política externa americana frente ao país e à aliança entre ambos. Durante a administração de Trump, a relação construída com Israel atingiu altos patamares, que chegaram a ameaçar a segurança da região e a instauração de um novo processo de paz entre os povos.

Diante desta problemática, o primeiro capítulo deste trabalho se debruça a entender a história das relações entre os Estados Unidos e Israel, desde o momento da criação do Estado judeu até o fim do governo Obama, a fim de compreender a construção dessa “relação especial” em todas as suas fases. Examinaremos as principais decisões e políticas dos Estados Unidos frente a Israel, assim como os principais momentos e acontecimentos que, juntos, levaram à criação dessa aliança. Somado a isso, o capítulo também pretende entender as bases da política externa americana para a Guerra Fria, contexto em que é criado o Estado de Israel, assim como sua relação com Oriente Médio antes e depois de 1948. Para tanto, o capítulo foi dividido em quatro partes: a primeira parte tem o propósito de entender a essência da política externa americana para a formulação de políticas durante a Guerra Fria, e as outras três partes, separadas conforme momentos históricos importantes na construção da “relação espacial” entre EUA e Israel, têm como finalidade entender os processos e principais acontecimentos que conduziram a uma aproximação entre os países.

Dando continuidade, o segundo capítulo visa entender as relações entre Estados Unidos e Israel durante o governo de Trump, suas principais políticas e ações, assim como as consequências tanto para o conflito palestino-israelense e para as populações da região, quanto para os Estados Unidos e seu papel no Oriente Médio. Sendo assim, ao longo do capítulo serão abordadas as decisões tomadas pelo governo de Donald Trump referentes a Israel e aos países da região, assim como à Palestina. Dentre elas, foram separadas quatro principais políticas e ações, destacadas em quatro partes dentro do capítulo, com o intuito de entender sua importância para esse novo momento na relação entre os países. Aqui, nos debruçamos a entender quais foram essas decisões, seus porquês e suas

consequências, tendo em vista o distanciamento das linhas tradicionais da política externa americana para o Oriente Médio.

Por fim, o terceiro capítulo busca entender a influência da política interna dos Estados Unidos na tomada de decisão em política externa. Para isso, examinaremos o lobby israelense, sua história e o poder de sua influência dentro da política americana. Também, buscaremos entender a aproximação do Partido Republicano com o lobby de Israel e, por fim, aspiramos compreender sua relação com o governo de Donald Trump. Neste capítulo temos como base as duas pesquisas de John J. Mearsheimer e Stephen Walt sobre o lobby israelense, *The Israel Lobby and the US. Foreign Policy* (2007) e *O Lobby de Israel* (2006), tendo em vista sua relevância para a temática, a fim de entender a força desse grupo na política americana.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Em termos sociais, compreender essa aproximação se mostra importante na medida em que a relação entre Israel e os Estados Unidos influencia fortemente um conflito que, há anos, é uma das principais pautas no âmbito da segurança internacional. Algumas das ações tomadas por Trump durante seu governo surtiram consequências negativas para a população israelense e palestina, e retardaram ainda mais a instauração de um processo de paz justo e eficaz para ambos os lados. O reconhecimento de Jerusalém como capital do Estado de Israel e a inauguração de uma embaixada na cidade, por exemplo, são ações de extrema importância para o tema, e devem ser pesquisadas e entendidas, a fim de compreender suas consequências e seus principais motivos.

Em termos acadêmicos, é essencial entender a política externa dos Estados Unidos, suas diferenças durante o governo de Donald Trump e as consequências da aproximação com Israel para o papel de mediador desempenhado pelos Estados Unidos por décadas. A presente pesquisa busca conhecer a aliança e contribuir para a análise acadêmica da relação entre os países, assim como seus resultados.

### 1.3 METODOLOGIA

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa na área de Relações Internacionais que tem como base fontes retiradas de dados e documentos oficiais. Ademais, como fontes secundárias, foram selecionados livros, artigos, teses e dissertações para embasar as ideias discutidas no texto. Quanto ao método, esta pesquisa usa o método descritivo, a fim de relacionar os fatos acontecidos ao objetivo de entender como se deu a evolução nas relações entre os dois países e suas mudanças durante o governo Trump.

Segundo Gil (2022, p. 42),

as pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis (2022, p.42).

Nesse passo, o levantamento de dados, o fundamento teórico e o uso do método servem como base para entender como se deu a evolução das relações diplomáticas entre os dois países, além de verificar quais foram as bases desta aproximação e suas mudanças durante a administração de Trump.

## **2 - HISTÓRIA DAS RELAÇÕES ENTRE ESTADOS UNIDOS E ISRAEL**

Para um melhor entendimento das relações EUA-Israel durante o governo Trump, o primeiro capítulo tem o objetivo de apresentar o histórico das relações entre os dois países desde a criação do estado de Israel, em 1948, até o fim do governo de Barack Obama (2009-2017). Para tanto, o capítulo será dividido em quatro partes separadas a partir dos principais momentos das relações entre os países, em que a primeira se debruça a entender as bases da política externa americana na Guerra Fria e sua relação com o Oriente Médio, tendo em vista sua importância para a compreensão dos interesses americanos durante o período da confrontação bipolar com a União Soviética. A divisão do restante deste capítulo iniciará entre os anos de 1948-1966, com a construção da relação em seus anos iniciais; depois entre 1967-2000, com a mudança da visão dos Estados Unidos sobre Israel e o estabelecimento de uma “relação especial” entre ambos; e entre 2001-2016, com a circunstância da Guerra ao Terror e o papel de Israel durante essa nova fase na política externa americana.

### **2.1 A POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE E SUA RELAÇÃO COM O ORIENTE MÉDIO**

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o ambiente da política internacional passou por transformações que redefiniram a conjuntura dominante na época. Ainda que países europeus como Inglaterra e França continuassem a ser potências, o fim do conflito abalou consideravelmente suas economias e, conseqüentemente, suas posições na política global. Tanto os Estados Unidos da América quanto a União Soviética foram os menos enfraquecidos pelo conflito, o que possibilitou suas ascensões como as novas potências dominantes no sistema internacional (Figliano, 2016, p. 1).

Por consequência de possuírem modos de produção e ideologias políticas antagônicas, a configuração de poder da época se desenha em um sistema bipolar em que as duas principais potências representam princípios diferentes e procuram disseminar suas visões ao resto do mundo. Enquanto os Estados Unidos

representavam o sistema capitalista, a União Soviética se organizava pelo sistema socialista soviético (Figliano, 2016, p. 1).

As bases da política externa dos Estados Unidos para a época da Guerra Fria remontam às origens da República no século XVIII. A premissa de que a nação americana é superior às demais já era expressa na Declaração de Independência, dada a crença na superioridade da república como forma de governo. A partir desse pensamento, os Estados Unidos tomam para si o papel da promoção desse exemplo ao mundo, por modos retóricos e práticos. A premissa do “teach by example” e a construção da imagem dos Estados Unidos como “a cidade na colina” e “o farol da humanidade” foram usadas a partir de uma perspectiva de que a expansão da democracia internacionalmente estava diretamente ligada à consolidação da nação, que, por ser recém-criada e estar ainda fragilizada, precisava se fortalecer frente às ameaças (Pecequillo, 2012, p. 1-3).

Esse entendimento, somado à formação de alianças não permanentes, é base para a “Tradição de Washington”, que se sustenta no isolacionismo e no internacionalismo unilateral como táticas para o exercício do poder nacional. Com essas premissas, os americanos atuavam no mundo, mas de forma objetiva a um assunto específico, guiados apenas por seu interesse nacional (Pecequillo, 2012, p. 3).

A transição da retórica à prática vem durante o século XIX, com “o fortalecimento das bases de poder nacional” (Pecequillo, 2012, p. 3). Após décadas de isolacionismo e unilateralismo em suas relações internacionais, a maior ênfase na projeção de poder através do engajamento externo, tomado pelo sentimento de excepcionalismo frente aos demais países, fez com que os Estados Unidos seguissem o objetivo de disseminar ideais liberais-democráticos ao mundo. No século XIX,

Emerge a noção de um Destino Manifesto, atrelando a política externa a um sentido de missão e expansão para disseminar e universalizar o experimento liberal e democrático. A expansão das fronteiras é tanto um direito quanto um dever, à medida que permite construir um mundo que cada vez mais se assemelhe aos ideais de liberdade norte-americanos (Pecequillo, 2012, p.3)

Após o período do Idealismo Wilsoniano (Entre Guerras), no pós-1945, os Estados Unidos retomam a postura ativista, inaugurando sua era hegemônica

conhecida como “Século Americano”. Essa postura é moldada através da noção de excepcionalismo da República democrática, visando construir um “estilo especial de liderança” que contém uma dominação de caráter “benigno”. Nesse momento, o uso do internacionalismo multilateral, sustentado pela participação nas Organizações Intergovernamentais (OIGs), é associado ao uso do poder militar como mecanismo de dominação (Pecequillo, 2012, p. 3-5).

A tarefa de conter a União Soviética foi usada para sustentar o perfil de dominação, obter consenso interno e menor questionamento frente a sua atuação global. A partir de 1947, esse projeto foi definido como essencial para a manutenção do modo de vida nacional e para a construção da hegemonia americana. Mesmo que não existissem conflitos entre si, “as mesmas travavam diversas guerras frias (e não só a corrida armamentista), em diferentes tabuleiros e com interferência em outros Estados.” (Pecequillo, 2021, p.5).

A premissa de que a nação é superior às demais, somada à “tarefa” de disseminar os ideais ocidentais ao resto do mundo, foi um dos principais pilares da política externa americana durante a Guerra Fria. Ainda segundo Pecequillo (2012, p. 6), a criação do “outro” como inimigo, nesse caso a União Soviética e o comunismo, foi fundamental para o estabelecimento de uma identidade nacional e para a união interna do país. A ideia de “com nós ou contra nós” foi usada amplamente pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria e após ela, como pode ser visto no discurso de Bush após o 11 de setembro, em que expressa “Either you are with us, or you are with the terrorists.”<sup>1</sup>

A nova conjuntura global também muda a política americana para o Oriente Médio. Anteriormente, a política dos Estados Unidos para a região era baseada na garantia do comércio e dos direitos religiosos dos cidadãos americanos. Sua atuação era distanciada, se dedicando apenas à liberação da navegação dos estreitos, o livre comércio e a proteção das instituições americanas. A prioridade desta área era de cunho econômico, ligada principalmente ao mercado de petróleo, a fim de garantir uma fatia do mercado às companhias de petróleo americanas (Gomes, 2001, p. 49).

Já no pós-Segunda Guerra, a política americana fica atrelada à necessidade de contenção da influência soviética no local e à obtenção de poder político e

---

<sup>1</sup> Discurso de George W. Bush ao Congresso Americano no dia 21 de setembro de 2001. Disponível em: <<https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010920-8.html>>.

econômico na região. Durante o tempo subsequente ao fim do conflito, o governo americano focou em estratégias que consistiam em apoiar militar e economicamente governos ameaçados pelos avanços soviéticos, e aproximar-se de outros países a fim de evitar demais riscos e conseguir concessões de petróleo (Gomes, 2001, p. 50-51).

O autor israelense Shlaim, que estuda as relações entre os EUA e Israel, argumenta em seu texto 'The Impact of U.S. Policy in the Middle East' (1988, p. 15-16) a existência de quatro interesses básicos que fizeram do Oriente Médio uma área de importância e responsabilidade especial para os 'policymakers' americanos. Para ele, em primeiro lugar ficaria a necessidade de conter os avanços e a influência soviética, além de limitar o número de aliados na área; em segundo, ficaria a necessidade de preservar o acesso do Ocidente ao petróleo da região do Golfo; em terceiro, limitar o radicalismo árabe e sustentar regimes pró-Ocidente na região; e em quarto, o compromisso com a segurança e bem-estar de Israel por um longo período de tempo.

Segundo o autor, existe consenso entre os três primeiros objetivos, mas o quarto não pode ser inserido na estrutura total. Isso se dá pelo intenso antagonismo entre árabes e israelenses, o que dificultaria encontrar uma política que serviria todos os interesses norte-americanos no Oriente Médio. No início, havia uma preocupação acerca das consequências da criação do Estado de Israel e de sua aproximação com os EUA, que poderiam levar alguns regimes árabes "aos braços de Moscou", além de alimentar inimizades desses regimes contra a América (Shlaim, 1988, p. 16-17).

Porém, essa relação se desenvolveu e, ao longo dos anos, se transformou em uma "relação especial", fato expressado tanto por políticos americanos e israelenses, quanto por pesquisadores da área. A construção da aliança entre os dois países passa por diversas fases ao longo dos mais de 70 anos após a votação da Partilha da Palestina e da Criação do Estado de Israel. Alguns governos viram Israel como um potencial fardo para os interesses americanos, assim como outros o viram como um importante parceiro estratégico. A formação da "relação especial" entre Israel e os EUA não se deu logo após a criação do Estado israelense, mas sim com uma série de acontecimentos que aprofundaram cada vez mais essa aliança (Bar-Siman-Tov, 1988, p. 233).

## 2.2 DA CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL À GUERRA DOS SEIS DIAS

O início das relações oficiais entre os Estados Unidos e Israel datam da Declaração de Independência do Estado judeu, em 14 de maio de 1948. Apenas onze minutos após a criação, o então presidente americano Harry Truman (1945-1953) assina um decreto executivo aprovando o reconhecimento do recém-criado Estado judeu. Contudo, anteriormente à criação de Israel, as relações entre o governo dos EUA e grupos pró-sionistas já era presente, muito somada à pressão que esses grupos exerciam na esfera política americana (Gomes, 2001, p. 71-76).

Antes mesmo do início da votação do Plano de Partilha<sup>2</sup>, Truman já declarava ser pessoalmente a favor da imigração imediata de 100,000 judeus à Palestina, e trabalhava para que essa proposta fosse aceita pelo governo britânico, que já havia imposto restrições a imigração de judeus na região em 1939, através do Livro Branco, documento emitido pelo governo britânico que delineava as regras de imigração de judeus à Palestina (Spiegel, 1985, p. 21-22).

O motivo dessa decisão, segundo Spiegel (1985, p. 23), viria da preocupação pessoal de Truman com os refugiados judeus, fugidos da Europa após o Holocausto. Já Gomes (2001, p.71) acredita que essa decisão também estaria ligada à pressão lobista de judeus e apoiadores do sionismo político<sup>3</sup>, uma vez que esses grupos teriam conseguido convencer o presidente através da propaganda de que os judeus não possuíam nenhum outro lugar para ir, senão a Palestina. Os sionistas teriam se beneficiado da falta de preparo e informação de Truman sobre o conflito, que se mostrava sensibilizado com a questão dos refugiados e acreditava que este era o ponto central do sionismo, não entendendo sua ligação com a criação do Estado judeu na Palestina (Gomes, 2001, p. 71).

Os acontecimentos da Segunda Guerra e o genocídio judeu no Holocausto geraram grande comoção do público mundial, mas principalmente dentro dos

<sup>2</sup> O Plano de Partilha aprovado na Resolução 181 da Assembléia Geral da ONU em novembro de 1947 outorgava a criação de dois Estados independentes na região da Palestina, um de maioria judeu, que comportava 56% do território da região, e outro de maioria árabe, com 43% de território (Belisário, 2013, p. 3). A cidade de Jerusalém, importante para ambos os lados, ficaria sob um regime internacional administrado pela ONU com o status de *corpus separatum*, ou seja, nenhum dos dois Estados poderiam exercer sua soberania sobre a cidade (Organização das Nações Unidas, Resolução n° 181, 1947)

<sup>3</sup> O sionismo como projeto político nasce 1896 através da publicação do livro 'O Estado Judaico, ensaio de uma solução moderna do problema judaico', escrito por Theodor Herzl, em que seu objetivo final era a criação de um Estado judeu na região da Palestina. Ver capítulo 4.

Estados Unidos. Tanto Lieber (1998, n.p.) quanto Spiegel (1985, p. 18) concordam que a opinião pública americana era consideravelmente favorável aos judeus quando comparada à opinião pública a favor dos árabes, que, mesmo que em certos momentos fosse forte, não continha poder político relevante. Os sionistas estavam imensamente envolvidos com o Congresso, a imprensa e ambos os partidos políticos. Muitos democratas acreditavam que a posição do governo contrária aos interesses sionistas iria minar o partido nas eleições de 1946 e especialmente na eleição presidencial de 1948. Um fato que nos mostra a pressão que esses grupos empreendiam sobre o governo foi a ação coordenada durante a atuação da UNSCOP, comitê da ONU criado para avaliar a questão da Palestina, em que vários judeus sionistas e seus apoiadores bombardearam a Casa Branca com cartas e telegramas buscando apoio americano para a criação do Estado Judeu na Palestina, esperando que isso iria influenciar a decisão do comitê (Spiegel, 1985, p. 25).

No decorrer das discussões do Plano de Partilha, em 1947, a atuação de Truman na ONU foi favorável à aprovação do plano e incisiva a fim de conseguir mais apoiadores à causa, pressionando países em que os EUA exerciam alguma influência, como Grécia e Libéria, para que seus votos também fossem favoráveis (Morris, 2001, p. 184 apud Bortoluci, 2005, p. 11). Entretanto, essa visão sofria com o antagonismo de diversos funcionários americanos dentro da governo de Truman. Nesse momento o governo dos Estados Unidos fica dividido entre a Casa Branca pró-sionista e o Departamento de Estado contrário à criação do Estado de Israel, pois presumia que a concepção de um Estado Judeu na área seria prejudicial ao interesse nacional americano (Shlaim, 1988, p. 17).

Entre as principais figuras do Departamento de Estado contrárias à criação do Estado judeu estavam George Marshall, Secretário de Estado, e Loy Henderson, chefe da Divisão do Oriente Próximo. Segundo Henderson, a criação de um estado judeu iria prejudicar as relações entre americanos e árabes, o que abriria margem para a entrada dos soviéticos na área; e, para Marshall, usar tropas americanas para salvar os judeus iria requerer uma mobilização que acompanharia efeitos desastrosos tanto no âmbito interno quanto no externo. George Marshall também teria alegado que Truman havia sacrificado os interesses externos americanos por uma vantagem eleitoral (Shlaim, 1988, p. 17).

Os opositores da criação do Estado judeu argumentavam que seria danoso para as empresas americanas de petróleo, assim como iria prejudicar o Plano

Marshal<sup>4</sup>, e se instituída a partilha, a Palestina seria um problema permanente na política internacional. Essa tese também era defendida pelo primeiro Secretário de Defesa do governo Truman, James Forrestal, que se opunha à criação de um Estado judeu na Palestina devido à importância estratégica da área, visto a existência de petróleo na região, a partir do pressuposto de que seu desenvolvimento iria beneficiar apenas a União Soviética (Spiegel, 1985, p. 17).

Na Casa Branca, Clark Clifford e David Niles eram figuras pró-sionistas chave dentro do governo. De acordo com Spiegel (1985, p.17-18), ambos se dispuseram a argumentar fortemente a favor dos interesses judeus na Palestina. Niles, conselheiro especial do Presidente em Assuntos Minoritários, não apenas estava comprometido a defender a causa sionista, mas também “to counter the effects of the bureaucracy” (1985, p.18). E Clifford, que influenciava tanto em assuntos domésticos quanto em assuntos internacionais, defendeu fortemente os interesses sionistas em momentos chave em 1948 (Spiegel, 1985, p. 18).

É possível perceber esse impasse na seguinte citação de Lieber (1998, n.p.):

Numa reunião amargamente controversa na Casa Branca, em 12 de maio de 1948, o conselheiro de Truman, Clark Clifford, defendeu fortemente o reconhecimento imediato do Estado judeu. No entanto, o Secretário de Estado George C. Marshall opôs-se fortemente e disse a Truman que se ele “seguisse o conselho do Sr. Clifford e se na eleição eu votasse, votaria contra o Presidente.” (n.p., tradução nossa)<sup>5</sup>

Mesmo com a recusa de membros do governo acerca do tema, a “paixão e o número de ativistas pró-sionistas pesou a favor de sua causa” (Spiegel, 1985, p.18). Truman decidiu por seguir a linha pró-sionista da Casa Branca, e além de votar a favor no Plano de Partilha, os EUA foram o primeiro país a reconhecer Israel como Estado. Entretanto, após a criação do Estado de Israel, as relações entre EUA e o país não eram muito próximas (Spiegel, 1985, p. 20).

Nos primeiros anos de existência, Israel mantinha uma relação mais próxima com a França, principalmente devido à existência de um inimigo em comum na região, Gamal Nasser, presidente do Egito. Nos conflitos subsequentes a sua

---

<sup>4</sup> O Plano Marshall foi um projeto de ajuda financeira orquestrado pelos Estados Unidos para reconstruir a Europa após o final da Segunda Guerra Mundial.

<sup>5</sup> No original: “At a bitterly contentious White House meeting on May 12, 1948, Truman’s advisor, Clark Clifford, argued strongly for immediate recognition of the Jewish state. However, Secretary of State George C. Marshall was strongly opposed and told Truman that if he “were to follow Mr. Clifford’s advice and if in the election I was to vote, I would vote against the President.”.”

criação, como a Guerra árabe-israelense de 1948<sup>6</sup> e a Crise de Suez, a maior parte da ajuda militar e econômica vinha de países europeus. Israel tinha ganhado por parte dos EUA um voto na Assembleia Geral da ONU e o seu reconhecimento, mas pouca diplomacia e nenhuma arma (Spiegel, 1985, p. 20). Em suma, a atuação do governo Truman em face de Israel foi essencial, visto que retrata o início da ligação entre os dois países, entretanto, os anos da administração de Truman não estabeleceram vínculos fortes entre os dois países.

No governo Eisenhower (1953-1961), a região passou a ser de grande relevância para o interesse nacional americano. Para o presidente, o Oriente Médio representava uma importante área estratégica na contenção da União Soviética, enquanto o conflito árabe-israelense era visto como um bloqueador dos projetos americanos para a área. Aqui, Israel não é entendido como um possível aliado na contenção soviética, mas sim um fardo para a conquista desse objetivo. Eisenhower e seu Secretário de Estado, John Foster Dulles, viram Israel como um obstáculo para o desenvolvimento da estratégia global de conter o comunismo, pois presumiam que a escalada do conflito entre o país e Egito facilitava a entrada da União Soviética no mundo árabe (Shlaim, 1988, p. 17).

A política do novo governo para a região, principalmente durante o primeiro mandato (1953-1956), assumia que países como Turquia, Iraque, Irã e Paquistão seriam parceiros mais eficazes para conter a URSS, além de considerar uma aproximação com a recém-proclamada república do Egito, comandada por Gamel Nasser (Feldberg, 2004, p. 61 apud Bortoluci, 2005, p. 12).

Em uma das principais decisões da administração de Eisenhower para o Oriente Médio, o governo se recusou a vender armas para Israel mesmo após o acordo firmado entre a União Soviética e o Egito em 1955, que ofereceria armamentos militares pesados para o maior inimigo dos israelenses na época. Além disso, os judeus também não obtiveram nenhuma participação em um dos maiores tratados de segurança do Oriente Médio dos anos 1950, o Pacto de Bagdá, que estabelecia uma aliança militar entre Turquia, Iraque, Irã, Paquistão e Reino Unido, encabeçada pelos Estados Unidos (Freedman, 2012a, p. 3).

---

<sup>6</sup> A primeira Guerra árabe-israelense, iniciada após a Declaração de Independência de Israel em 1948, foi um conflito entre Israel e Egito, Síria, Líbano, Transjordânia e Iraque, em retaliação à criação do Estado de Israel. O conflito durou cerca de 10 meses e resultou na anexação de parte dos territórios palestinos pelo recém-criado Estado de Israel (Vieira, 2023, n.p.).

A decisão de não vender armas a Israel, para Freedman (2012a, p. 3), seria um dos motivos que fizeram o país se juntar à França e à Inglaterra contra o Egito na Guerra de Suez, em 1956. O conflito se iniciou após Nasser nacionalizar a empresa que administrava o Canal de Suez, via que ligava o Mar Mediterrâneo ao Oceano Índico, por onde se transportava grande parte do petróleo produzido na região. Devido à necessidade de reconstrução dos países europeus pós-guerra, a passagem de petróleo e mercadorias pelo canal era fortemente estratégica, uma vez que as embarcações não precisariam fazer a rota do Leste da Ásia à Europa, facilitando com que os insumos chegassem ao continente (Neto, 2012, p. 88).

Segundo Shlaim (1988, p. 17), o objetivo israelense com a guerra era conseguir expansão territorial. Israel estava determinado em manter a Península de Sinai e o Estreito de Tiran sob comando próprio, mesmo com as duras críticas do governo americano. Os Estados Unidos condenaram fortemente a invasão dos territórios egípcios por Israel, e ameaçaram impor sanções econômicas caso o país não seguisse a ordem de retirada das tropas, o que alavancou o status de Eisenhower no mundo árabe e fez os EUA ganharem certa cooperação de países árabes na construção da Doutrina Eisenhower, pacote de medidas que visou prestar apoio militar e econômico ao Oriente Médio.

No âmbito interno, Eisenhower não enfrentou tanta pressão frente às decisões em política externa. O presidente tinha menor sensibilidade a pressões de grupos de interesse favoráveis a Israel, e mesmo avisado por políticos de seu partido, em meio à Crise de Suez, que isso poderia prejudicar sua campanha de reeleição, o governo decidiu manter a posição frente a Israel e sua atuação da guerra (Spiegel, 1985, p. 53).

Em 1958, entretanto, a percepção de Israel pelos Estados Unidos toma um rumo favorável após a queda do governo pró-Occidente do Iraque. Durante esse tempo de instabilidade, Israel se mostrou como o único país verdadeiramente alinhado aos ideais ocidentais, fazendo com que o valor de seu governo estável e democrático começasse a ser apreciado por Washington (Freedman, 2012a, p. 3).

Foi apenas durante os governos Kennedy (1961-1963) e Johnson (1963-1969) que os países começaram a se aproximar verdadeiramente, com a mudança na condução de rumos da política externa americana sob o comando de ambos e com a entrada de Levi Eshkol como primeiro-ministro de Israel em 1963. Eshkol, diferente de Ben-Gurion, passou a orientar a política de Israel ao encontro

da americana, abrindo mão de projetos existentes no país a fim de se aproximar com os EUA (Bar-Siman-Tov, 1998, p. 236-237).

Na visão de Bar-Siman-Tov (1998, p. 236-237), aqui se inicia uma relação patrono-cliente, que vai até 1967, com a Guerra dos Seis Dias. Essa relação foi caracterizada pelos fornecimentos de armas americanas a Israel e o compromisso, mesmo que informal, dos Estados Unidos de ajudar Israel em caso de ataque. Aqui ainda existia uma preocupação em manter a relação implícita o máximo possível, para não comprometer sua já decadente influência sobre os países árabes.

Durante os anos de Kennedy, o governo americano inicia as bases para essa relação. Isso se daria pelo esforço do presidente em definir a relação entre ambos os países como especial, levar com seriedade os problemas de segurança enfrentados por Israel e, principalmente, ser o primeiro presidente a prover a Israel grandes armas de defesa (Bar-Siman-Tov, 1998, p. 236-237). Diferente da administração anterior, Israel passa a ser visto como uma “força positiva”, alinhada aos ideais americanos e importante para a consolidação do interesse estadunidense na região (Shlaim, 1988, p. 18).

Kennedy via as regiões do “terceiro mundo” como uma oportunidade para alavancar os interesses americanos. Sua equipe de política externa optou por seguir um caminho mais positivos em relação a esses países, e advogou a favor de expandir programas de desenvolvimento econômico de maneira a reforçar regimes e movimentos que simpatizavam com os valores americanos<sup>7</sup> (Spiegel, 1985, p. 97). Mesmo com uma postura mais favorável a Israel, seu governo também buscou se aproximar com países árabes, especialmente com o Egito, pois acreditava ser essencial para o sucesso americano a paz entre árabes e israelenses (Shlaim, 1988, p. 18). Essa decisão foi duramente criticada pelo Congresso Americano, que via com maus olhos as concessões dadas a Nasser.

Mesmo relutante, Kennedy viu a insegurança israelense como genuína a partir do fornecimento de armas soviéticas para o Egito, Síria e Iraque, e mesmo rejeitando o pedido israelense de um acordo de armas, decidiu vender os mísseis HAWK, em 1962. Existia também uma preocupação em parar o desenvolvimento de

---

<sup>7</sup> Durante a Guerra Fria, o governo dos Estados Unidos apoiou golpes de Estado, regimes e movimentos que simpatizavam com seus valores e afastaram o avanço do comunismo em diversos países. Na América Latina, o governo americano apoiou movimentos como o golpe militar de 1964 no Brasil, conspirando e incentivando militares brasileiros a deporem o presidente eleito João Goulart, além de enviarem uma frota naval dos Estados Unidos para apoiarem o golpe (Macedo, 2014, n.p.).

armas nucleares por Israel, e Kennedy acreditava que, ao vender as armas, criaria uma alternativa ao armamento nuclear para os israelenses (Bar-Siman-Tov, 1998, 236).

Segundo Spiegel (1985, p.108), a decisão de vender, que iria alterar a relação Israel-EUA, não foi feita por pressão política interna, mas pelo compromisso estadunidense com o estabelecimento de uma balança regional de poder. Isso não implica, no entanto, o não uso dessa informação para benefícios eleitorais, visto que haveria eleições do Congresso naquele mesmo ano. Uma vez tomada a decisão de vender os mísseis, Kennedy foi encorajado a procurar ganhos eleitorais na política interna, e fez uso da decisão: “a Casa Branca vazou a informação para diversos líderes judeus e alguns congressistas mais ativos no lobby para a venda. Um artigo logo apareceu no The New York Times anunciando o negócio” (Spiegel, 1985, p. 108).

Contudo, Lieber (1998, n.p.) descreve a venda dos mísseis HAWK por Kennedy em 1962 como “há muito tempo vista como uma decisão baseada na política interna”, uma vez que as administrações dos democratas estavam determinadas em segurar votos de judeus em alguns estados chave.

Esta visão sustenta que as administrações democratas, começando com Truman, e especialmente sob Kennedy e Johnson, estavam determinadas a garantir o voto judaico em certos estados-chave, entre eles, Nova Iorque, Nova Jersey, Pensilvânia, Illinois, Florida e Califórnia, e que estas considerações eleitorais partidárias superaram os cálculos mais obstinados e de longa data sobre os interesses estratégicos da América no Oriente Médio (Lieber, 1998, n.p, tradução nossa)<sup>8</sup>.

Sob a presidência de Johnson, os Estados Unidos se alinharam mais a Israel, e conseqüentemente, mais longe de alguns líderes árabes. A relação patrono-cliente se concretiza nesse período, de 1963-1967, muito devido à deterioração das relações entre americanos e egípcios, e ao crescimento da União Soviética no Oriente Médio, expressado no acordo de armas entre URSS e Egito de mais de 500 milhões de dólares em 1963. As críticas contínuas à proximidade dos EUA com o Egito advindas do Congresso, assim como suas expressões de apoio a

---

<sup>8</sup> No original: “This view holds that Democratic administrations, starting with Truman, and especially under Kennedy and Johnson, were determined to secure the Jewish vote in certain key states, among them, New York, New Jersey, Pennsylvania, Illinois, Florida and California, and that these partisan electoral considerations outweighed more hard-headed and long-standing calculations of America’s strategic interests in the Middle East.”

Israel, também se somaram ao novo rumo tomado por Johnson. Havia a determinação do governo em conquistar apoio da comunidade judaica em sua política no Vietnã, e a busca por votos nas eleições (Bar-Siman-Tov, 1998, p. 237)

O real momento que iniciou a “relação especial” vivida por Estados Unidos e Israel aconteceu em 1967, com a Guerra dos Seis Dias. Naquele momento, a percepção de Israel pelos Estados Unidos se transformou e, a partir daí, o governo americano passou a tratar o país como um importante aliado, principalmente no campo militar. De 1948 até a Guerra de 1967, a relação entre os dois países tinha falhado em ser especial e havia sofrido com as diferentes percepções dos presidentes que passaram pela Casa Branca ao longo desses anos.

### 2.3 A GUERRA DOS SEIS DIAS E A RELAÇÃO ESPECIAL ENTRE ESTADOS UNIDOS E ISRAEL

A Guerra dos Seis Dias foi um conflito de curta duração travado entre Israel, Jordânia, Síria, Iraque e Egito em junho de 1967. Surgido após uma escalada de desavenças entre o exército israelense e os países árabes vizinhos, o conflito resultou na ocupação de Sinai, Cisjordânia, Faixa de Gaza e Colinas de Golan por Israel, e em grandes alterações na política local, que perduram até os dias de hoje. Nos momentos anteriores ao conflito, em 16 maio de 1967, Nasser tinha ordenado a saída de tropas da ONU que estavam na fronteira entre Israel e Egito desde 1957. Essa ação chocou a administração de Johnson, que tentou ganhar tempo e prevenir maiores hostilidades, ao mesmo tempo que Israel já estava se mobilizando (Spiegel, 1985, p. 137).

Johnson enviou cartas individuais para Nasser, Eshkol e Kosygin, primeiro-ministro da União Soviética, expressando a necessidade do uso da diplomacia para evitar conflitos, além de apoiar o deslocamento das tropas da ONU para o lado israelense das linhas do armistício. Essas ações foram reprovadas pelo embaixador israelense Harman, que alegava que a abordagem americana era um “convite” para que Nasser interferisse nas passagens no Estreito de Tiran. Em 22 de maio, Nasser anunciou o bloqueio de navios israelenses e bens estratégicos que iriam para Israel passados pelo estreito (Spiegel, 1985, p. 137).

Dentro dos Estados Unidos, o governo estava novamente dividido, dessa vez entre oficiais do Departamento de Estado, que se preocupavam com as relações estadunidenses com países árabes, o Pentágono, interessados em evitar qualquer envolvimento militar em outro conflito ao redor do mundo, visto a Guerra do Vietnã, a Casa Branca com preferência pela cautela, e o Congresso Americano, que se posicionava a favor de Israel (Spiegel, 1985, p. 144). Em linhas gerais, a atuação americana anteriormente e durante o conflito foi baseada na diplomacia, pedindo a abertura do Estreito de Tiran e apoiando a sugestão britânica de criar uma frota multilateral para atravessar o estreito, de modo a demonstrar o caráter internacional daquelas águas (Quandt, 1977, p. 61 apud Bortoluci, 2005, p. 15).

Em 5 de junho de 1967, Israel atacou o Egito, destruindo parte de sua força aérea. Rapidamente, os israelenses invadiram a Península de Sinai e a Faixa de Gaza, assim como a Cisjordânia e Jerusalém. No quinto dia, Israel iniciou a retirada de sírios das Colinas de Golan, que seriam oficialmente ocupadas em 10 de junho, junto com a cidade de Quneitra (Spiegel, 1985, p. 150). Após a investida militar israelense e seus ganhos, os Estados Unidos votaram a favor da Resolução 242 de 22 novembro de 1967, que pediu a retirada de Israel dos territórios ocupados no conflito (Lukacs, 1992, p. 1 apud Bortoluci, 2005, p. 15).

Após a vitória, Israel deixa de ser visto como um cliente que necessitava de proteção, e a relação EUA-Israel se aprofunda ainda mais:

No imediato rescaldo da guerra, vários fatores estabilizaram a relação EUA-Israel. Em primeiro lugar, a captura do Sinai, das Colinas de Golã, da Cisjordânia e de Gaza por Israel tornou-se chave para a resolução do conflito árabe-israelense. Uma relação estreita com Israel poderia permitir aos Estados Unidos convencê-lo a fazer as concessões necessárias para a resolução do conflito. Em segundo lugar, a vitória militar de Israel tornou-o a potência militar mais formidável da região, despertou os Estados árabes e a União Soviética e impressionou os Estados Unidos, o que resultou na interligação dos conflitos árabe-israelenses e das superpotências. Terceiro, a nova importância militar e estratégica de Israel tornou a cooperação política e estratégica com o país mais atrativa para os Estados Unidos do que no passado. Na verdade, alguns analistas militares em Washington viam Israel como um ativo estratégico para os Estados Unidos em termos regionais e globais. (Bar-Siman-Tov, 1998, p. 241, tradução nossa)<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> No original: "In the immediate aftermath of the war, several factors stabilized the U.S.-Israeli relationship. First, Israel's capture of the Sinai, the Golan Heights, the West Bank, and Gaza made it the key to resolving the Arab-Israeli conflict. A close relationship with Israel might enable the United States to convince it to make the concessions necessary for conflict resolution. Second, Israel's military victory rendered it the most formidable military power in the region, piqued the Arab states and the Soviet Union, and impressed the United States, which resulted in the interlocking of the Arab-Israeli and the superpower conflicts. Third, Israel's new military and strategic importance made political and strategic cooperation with it more attractive to the United States than in the past. Indeed,

A vitória também afetou a esfera econômica, com o crescimento da ajuda militar após o conflito:

Nenhuma ajuda externa significativa foi disponibilizada até a provisão de 86 milhões de dólares em 1952. Durante a década de 1950 e início até meados da década de 1960, os níveis de ajuda permaneceram bastante baixos. Ainda em 1967, a ajuda anual fornecida a Israel ascendia a apenas 13 milhões de dólares. No entanto, no rescaldo da Guerra dos Seis Dias, a ajuda começou a aumentar acentuadamente, com os Estados Unidos a fornecerem 76 milhões de dólares em 1968 e 600 milhões de dólares em 1971. (Lieber, 1998, n.p., tradução nossa<sup>10</sup>).

Bar-Siman-Tov (1998, p. 259) explica que antes do conflito os valores e ideais de ambos os países não eram suficientemente semelhantes para fazer essa relação se aprofundar. Os Estados Unidos mantinham uma tendência de perceber Israel como um fardo em seus interesses na região do Oriente Médio, e se mantinham afastados do país mesmo após tentativas israelenses de estabelecer algum tipo de relação mais aprofundada que aquela apenas de patrono-cliente. Apenas em 1962, 14 anos após a criação do Estado de Israel, os EUA começaram a vender armas para os judeus, e após 1967, os americanos se tornaram os maiores provedores de armas para o país.

A administração de Richard Nixon (1969-1974) representou um aumento da cooperação de segurança entre Israel e EUA. Inicialmente, existia certa resistência do governo, principalmente de alguns funcionários que defendiam um papel mais neutro do país frente ao conflito árabe-israelense. A pasta do Oriente Médio no governo Nixon inicialmente foi designada para o Departamento de Estado, comandado pelo Secretário de Estado William P. Rogers, uma vez que outros assuntos vistos como de maior urgência ficaram nas mãos do presidente e de seu secretário de assuntos de segurança nacional, Henry Kissinger (Freedman, 2012a, p. 4).

A posição de Rogers frente ao conflito foi a de criar um novo plano de paz entre Israel e Egito que levou seu próprio nome, o Plano Rogers de 1969, tendo em seus princípios fundamentais o fim do estado de beligerância, o estabelecimento de

---

some military analysts in Washington saw Israel as a strategic asset for the United States in regional and global terms.”

<sup>10</sup> No original: “No additional significant foreign aid was forthcoming until the provision of \$86 million in 1952. During the 1950s and early to mid-1960s, aid levels remained quite low. As late as 1967, the annual aid provided to Israel amounted to just \$13 million. However, in the aftermath of the Six Day War aid began to increase sharply, with the United States providing \$76 million in 1968 and \$600 million in 1971.”

zonas desmilitarizadas, respeito e reconhecimento mútuo de suas fronteiras e a livre navegação do estreito de Tiran, a ser negociada com a ajuda do embaixador sueco Jarring. Seus objetivos finais não foram concluídos, assim como seu segundo plano, que desejava estabelecer um cessar-fogo entre os países frente à contingência da guerra de atritos travada por ambos ao longo do Canal de Suez, de modo que os esforços pouco ajudaram no controle do conflito (Quandt, 1977, p. 89-90 apud Bortoluci, 2005, p. 19)

Nesse momento, Israel representou um papel importante aos Estados Unidos à medida que prestou assistência à Jordânia durante a guerra civil vivida pelo país, iniciada em setembro de 1970, ocasião em que militantes palestinos confrontaram a autoridade do Rei Hussein a ponto de realizarem sequestro de aviões internacionais e os explodirem enquanto pousados no país (Bortoluci, 2005, p. 20). Essa ação abriu caminhos para uma cooperação de segurança entre Israel e Estados Unidos, incluindo fornecimento de armas para Israel. O país passou a ser visto como aliado estratégico por apoiar aliados locais e defender os interesses americanos no “terceiro mundo” (Shlaim, 1988, p. 18-19).

Em setembro de 1973, Kissinger assumiu o cargo de Secretário de Estado de Nixon, acumulando esse título com seu antigo cargo de conselheiro de assuntos de segurança nacional. Um mês depois, uma ação militar iniciada por Egito e Síria contra Israel no feriado religioso judaico de Yom Kippur deu início à Guerra de Outubro, ou Guerra do Yom Kippur, consequência das ocupações territoriais de Israel conquistadas durante a Guerra dos Seis Dias. As preocupações principais dos Estados Unidos no início do conflito eram acerca dos possíveis impactos no mercado do petróleo, e como os países próximos, como a Arábia Saudita, poderiam reagir. A primeira ação americana foi convocar reuniões sobre a responsabilidade do Washington Special Action Group (WSAG)<sup>11</sup> para discutir as questões da guerra, inclusive a possibilidade de um embargo de petróleo vindo dos países árabes. (Motta; Campos; Lemos, 2021, p. 132).

Os Estados Unidos aprovaram o envio de grandes remessas de armamentos para ajudar Israel a combater os ataques do Egito e Síria, que posteriormente foram usados para iniciar uma ofensiva contra os países. Em uma

---

<sup>11</sup> O Washington Special Action Group era formado por representantes de diversas instituições dentro do governo americano, dentre elas o Departamento de Estado, de Defesa, Estado-Maior Conjunto dos Estados Unidos (JCS), National Security Council Staff e Agência Central de Inteligência (Motta; Campos; Lemos, 2021, p. 140).

carta enviada para o Rei Faisal da Arábia Saudita após a decisão de iniciar a entrega de equipamentos militares à Israel, Kissinger apontou que tinha sido uma resposta após o “esforço de reabastecimento da União Soviética ter chegado a proporções massivas” e que nunca foi pensado como uma ação “anti-árabe” (Motta; Campos; Lemos, 2021 p. 132), em uma clara tentativa de minimizar os efeitos do auxílio prestado a Israel. Essa tentativa de evitar demais perdas não surtiu efeito, uma vez que em 20 de outubro foi anunciado o embargo de petróleo pelos países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) (Motta; Campos; Lemos, 2021, p. 132-133).

Essa decisão não teria sido tomada apenas devido à proximidade entre Israel e EUA, mas também pela disputa entre Estados Unidos e URSS, ainda que em período de *détente*<sup>12</sup>. Motta, Campos e Lemos (2021) explicam a necessidade vista tanto pelo Presidente quanto pelo seu novo Secretário de Estado de evitar que um país aliado aos soviéticos tivesse sucesso frente a uma operação americana, e que caso isso acontecesse, a credibilidade estadunidense ficaria abalada. Nixon também alegava, em reunião do WSAP no dia 17 de outubro de 1973, que os EUA deveriam fazer por Israel o necessário para obterem um ponto de barganha, de modo a levar os israelenses à mesa de negociações “se debatendo e esperneando” (Motta, Campos e Lemos, 2021, p. 133).

Entre os dias 20 e 22 de outubro, Kissinger realizou uma visita diplomática à URSS para ajustarem juntos uma proposta de cessar-fogo a ser enviada ao Conselho de Segurança da ONU. Ao fim do encontro, a proposta foi enviada ao CSNU, que a aprovou sem quase nenhuma alteração ao texto original. A Resolução 338 declarava que as partes deveriam encerrar suas atividades militares, no mais tardar, doze horas após a aprovação da resolução, e que o cessar-fogo iniciaria às 18:52 horas do dia 22 de outubro. Os Estados Unidos estavam se engajando cada vez mais como os mediadores principais do conflito árabe-israelense, parte pela necessidade de evitar maiores influências soviéticas e fortalecer a imagem americana na região (Motta; Campos; Lemos, 2021, p. 134). Nos momentos seguintes ao fim da guerra, Kissinger embarcou em um programa de “shuttle

---

<sup>12</sup> O termo “*détente*” é usado para se referir a épocas de diminuição de tensões entre partes adversárias em algum conflito. No caso dos EUA e URSS, a *détente* foi um momento de diminuição geral da tensão entre os países durante a Guerra Fria. Esse momento durou entre as décadas de 1960 e 1970 (Bueno, 2021, n.p.).

diplomacy”<sup>13</sup> entre Israel e Egito, de modo a mediar o fim do conflito entre ambos (Freedman, 2021a, p. 4).

A Guerra de Yom Kippur afetou, também, o nível da ajuda militar dos Estados Unidos para Israel, como analisa Lieber (1998, n.p.):

A relação expandiu-se lentamente e depois aprofundou-se após a Guerra dos Seis Dias de 1967 e especialmente após a Guerra do Yom Kippur de 1973 e o Tratado de Paz Egípcio-Israelense de 1979. Como prova disso, um estudo recente mostrou que, embora a ajuda externa americana a Israel ascendeu a 3,2 bilhões de dólares nos anos de 1949 a 1973, essa cresceu para um total de 75 bilhões de dólares no período de 1974 a 1997. Na verdade, ao final da década de 1970, Israel tornou-se o maior beneficiário individual da ajuda externa americana (n.p., tradução nossa<sup>14</sup>).

Kissinger também continuou à frente da política externa americana no governo de Gerald Ford (1974-1977), que assumiu como presidente após a renúncia de Nixon, em agosto de 1974. Isso significa que as principais linhas desenvolvidas por Nixon e Kissinger em seu governo continuaram com Ford, assim como o plano de estabelecer um acordo de paz entre Israel e Egito. Em setembro de 1975 o acordo de Sinai II foi assinado, demonstrando o forte compromisso assumido pelos Estados Unidos de estabelecer um processo de paz para o conflito. Os termos de Sinai II estabeleciam a ocupação pelos americanos das passagens de Gidi e Mitla no Deserto de Sinai, o que serviria para alertar ambos os lados caso o outro estivesse manejando suas forças para um ataque. Ademais, como parte do acordo, os EUA prometeram a Israel que não negociariam com a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) enquanto esta não renunciasse ao terrorismo, reconhecesse Israel e aceitasse a Resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU (Freedman, 2012a, p. 4).

A presidência de Jimmy Carter (1977-1981) marcou uma nova fase nas relações EUA-Israel. O presidente precisou negociar com o recém-eleito primeiro-ministro israelense Menahem Begin, governante de direita que rejeitava qualquer compromisso territorial e clamava “soberania judaica por toda a terra de Israel” (Shlaim, 1988, p.20). Sua primeira ação frente ao conflito foi através de uma

<sup>13</sup> Shuttle Diplomacy é uma estratégia de resolução de um conflito, em que um terceiro serve como meio de comunicação entre as partes do litígio.

<sup>14</sup> No original: “The relationship expanded slowly and then deepened after the Six Day War of 1967 and especially after the Yom Kippur War of 1973 and the Egyptian–Israeli Peace Treaty of 1979. As evidence of this, a recent study has shown that while American foreign aid to Israel amounted to \$3.2 billion in the years from 1949 to 1973, it grew to a total of \$75 billion for the period from 1974 to 1997. Indeed, by the late 1970s, Israel had become the largest single recipient of American foreign aid.”

grande conferência em Genebra, com o auxílio da União Soviética e com a presença de representantes do povo palestino. A proposta não avançou devido às severas críticas do presidente egípcio Anwar Sadat e de Israel, que temia a presença de membros da OLP entre os representantes palestinos (Freedman, 2012a, p. 5).

Em setembro de 1978, Carter convocou Sadat e Begin para o retiro presidencial em Camp David, Maryland, para negociações de um acordo de paz entre Israel e Egito, tendo os Estados Unidos como o único mediador. Após 13 dias de negociações, as bases do que se tornou o acordo de paz egípcio-israelense de maio de 1979 estavam postas, e contavam com o comprometimento americano de disponibilizar 3 bilhões de dólares para Israel e 2,2 bilhões de dólares para o Egito, além da promessa de manter sua posição nas passagens de Sinai (Freedman, 2012a, p. 5).

Entretanto, o que Carter e Sadat viram como passos importantes para um processo de paz, “Begin viu a paz com o Egito como o fim do caminho” (Shlaim, 1988, p.20). Begin acreditava que, em troca de “abandonar” Sinai, teria assegurado seu direito de manter a Cisjordânia, enquanto Carter defendia que Israel deveria voltar às fronteiras de 1967 para que o processo de paz pudesse avançar, para que os palestinos tivessem acesso a sua terra e porque o projeto de “Grande Israel” de Begin perpetuaria a instabilidade na região. Carter permaneceu crítico à política de ocupação e criação de assentamentos na Faixa de Gaza e na Cisjordânia perpetuada por Israel, porém, sua incapacidade de convencer Begin a cumprir os termos acordados descredibilizou tanto os Acordos de Camp David quanto o Egito aos olhos dos árabes (Shlaim, 1988, p. 20).

A administração de Ronald Reagan (1981-1989) se baseou em quatro novas suposições em sua relação com o Oriente Médio. Shlaim (1988, p. 20-21) explica que essas suposições estavam baseadas na preocupação americana com a segurança dos países produtores de petróleo e, sobretudo, em defender a região da ameaça soviética. Reagan assumiu que a área do conflito árabe-israelense era diferente da área do Golfo, podendo deixar uma região à espera enquanto se concentrava em outra, reconhecendo o conflito árabe-israelense como o de menor urgência. A partir disso, surge a ideia de que os Estados Unidos deveriam organizar seus aliados, árabes ou israelenses, em uma posição de modo a impedir os avanços soviéticos, protegendo os países produtores de petróleo e o acesso do Ocidente ao produto. Reagan tentou arquitetar uma aliança entre Israel e os países árabes,

Egito, Jordânia e Arábia Saudita, dada a ocupação soviética no Afeganistão, e se aproximou ainda mais de Israel, à medida que viu o país como um importante parceiro estratégico contra a URSS (Shlaim, 1988, p. 20-21).

O vínculo entre americanos e israelenses sofreu algumas dificuldades, principalmente em alguns momentos durante a invasão do Líbano por Israel em 1982. Na maior parte do decurso da invasão, os Estados Unidos teriam dado “luz amarela” para a destruição do estado que a OLP havia estabelecido no sul do Líbano. Os momentos de desacordos aconteceram a respeito do plano de Reagan para o conflito, que incluía o congelamento da construção dos assentamentos israelenses, profundamente criticado por Begin (Freedman, 2012a, p. 5-6).

No decurso da administração de Reagan, em 1987, um levante popular iniciou novamente os conflitos entre a população palestina e o Estado de Israel. O atropelamento de quatro palestinos por um tanque militar israelense levantou a revolta da população, que se movimentou em direção aos territórios ocupados durante a Guerra dos Seis Dias. Esse episódio, conhecido como “Primeira Intifada”, uniu uma série de protestos vindos tanto da população palestina quanto da comunidade internacional, e desencadeou tentativas importantes de negociação de paz, como os Acordos de Oslo, dos anos 1990 (Moreira; Silva, 2023, n.p.).

A relação entre EUA-Israel durante o governo de George H. W. Bush (1989–1993) acabou esfriando à medida que o Secretário de Estado de Bush, James Baker, entrou em desentendimento com o primeiro-ministro israelense, Yitzhak Shamir, acerca dos assentamentos israelenses na Cisjordânia e da participação de Israel na Conferência de Madrid de 1991, pós-Guerra do Golfo, que visava promover o processo de paz árabe-israelense. As relações passaram a melhorar quando Yitzhak Rabin, que assumiu o cargo de primeiro-ministro de Israel em julho de 1992, anunciou que pararia a construção de novos assentamentos, e que novas residências apenas seriam construídas nos assentamentos já existentes. Em sequência, Bush autorizou garantias de empréstimo a Israel (Freedman, 2012a, p. 6).

Com o fim da Guerra Fria, as tensões vivenciadas entre EUA e URSS foram trocadas pela preocupação com o extremismo árabe e o terrorismo. Durante o governo de Bill Clinton (1993-2001), ações de grupos terroristas, como a Jihad Islâmica, objetivaram sabotar os processos dos acordos de paz que estavam em curso, assim como o assassinato de um grupo de muçulmanos no Túmulo dos

Patriarcas pelas mãos de um terrorista israelense. Contudo, durante os momentos iniciais, os ataques orquestrados por ambos os lados não prejudicaram as negociações, que continuaram durante parte dos anos 1990 (Freedman, 2012a, p. 7).

As negociações do processo de paz, com os Estados Unidos como mediadores, ocorreram em Oslo - Noruega, a partir de setembro de 1993. A assinatura do primeiro acordo, a Declaração de Princípios (DOP), se deu no dia 13 daquele mês, em frente à Casa Branca, por Yitzhak Rabin, primeiro-ministro de Israel, e Yasser Arafat, líder da OLP. Esse momento simbolizou o início das negociações de paz, com a DOP sendo formulada como um documento que estabelecia o rumo pelo qual o processo deveria seguir. Ficaram acordadas a transferência da gestão administrativa para um novo autogoverno palestino, a retirada por Israel de parte dos territórios ocupados desde a Guerra dos Seis Dias, o compromisso da OLP em conter avanços terroristas e o reconhecimento de Israel como Estado legítimo (Saab, 2016, p. 11-12). O processo de paz também avançou com a assinatura do acordo entre Israel e Jordânia, em outubro de 1994, e em setembro de 1995 com as assinaturas de Oslo II. O segundo acordo, também assinado em Washington, reuniu Rabin e Arafat, na presença de Clinton, Mubarak do Egito e Hussein da Jordânia. O acordo reforçou o que já estava estabelecido pelo DOP, como a retirada das forças israelenses de locais povoados por palestinos, e previu as eleições do Conselho Palestino e a transferência para a Autoridade Nacional Palestina (ANP) (Saab, 2016, p.23).

A possibilidade de autonomia palestina sobre seus próprios territórios, estabelecidos pelo Plano de Partilha, desmantelava os planos da extrema-direita israelense de estabelecer uma “Grande Israel” na Palestina histórica. A partir disso, um mês após a assinatura de Oslo II, Rabin foi assassinado por um cidadão israelense que compactuava com estes pensamentos, sendo substituído por Shimon Peres até as eleições de 1996. As tensões entre a população palestina e israelense se acentuavam cada vez mais à medida que ataques promovidos pelo Hamas e pela Jihad Islâmica ameaçavam a vida da população de Israel. Como consequência direta, o político de extrema-direita e ultranacionalista Benjamin Netanyahu foi eleito primeiro-ministro, inaugurando uma nova fase para o processo de Oslo, com dois novos acordos, Protocolo de Hebron e Memorando de Wye River, que buscavam redefinir alguns conceitos já estabelecidos durante Oslo I e II. O processo de paz

avançou um pouco e lentamente após a eleição de Ehud Barak, no contexto em que Clinton lança a Cúpula de Camp David em julho de 2000, que também colapsou (Saab, 2016, p. 24-27).

As relações palestino-israelenses apenas pioraram após a falha de Camp David, e principalmente após a Segunda Intifada, ainda no ano 2000 (Saab, 2016, p. 27). A atuação de Clinton no conflito frente a Israel foi de priorizar as negociações de paz e promover os Estados Unidos como mediadores do conflito. Esse momento mostrou que a aliança entre Estados Unidos e Israel não era apenas “limitada à dimensão estratégica, mas também incluía o processo de paz” (Bar-Siman-Tov, 1998, p. 260). Os anos posteriores às tentativas de acordos em Oslo marcaram um novo momento entre os Estados Unidos e o Oriente Médio, que influenciou na relação EUA-Israel também. Os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 acentuaram a preocupação americana com o terrorismo e mudaram a estratégia do país frente à região.

#### 2.4 A GUERRA AO TERROR E O PAPEL DE ISRAEL NA NOVA FASE DA POLÍTICA EXTERNA AMERICANA

A política de George W. Bush (2001-2009) para o Oriente Médio foi marcada por duas principais linhas, uma anterior ao 11 de setembro, mais afastada do conflito árabe-israelense, e outra após os ataques terroristas, amplamente envolvida no conflito e buscando construir relações com os países árabes.

No primeiro momento, o governo de Bush escolheu não seguir os passos da administração anterior e se afastou dos conflitos do Oriente Médio, fato evidenciado após Dennis Ross, responsável pela mediação do conflito, renunciar e seu cargo ficar sem substituto. Entretanto, o distanciamento não impediu que os Estados Unidos se aproximassem de Israel, posto que Bush manteve uma relação próxima com o primeiro-ministro israelense da época, Ariel Sharon, que chegou a visitar a Casa Branca em março de 2001. Às vésperas da visita, o secretário de Estado americano Colin Powell discursou ao American Israel Public Affairs Committee (AIPAC)<sup>15</sup>, afirmando o papel dos Estados Unidos como facilitador do processo de

---

<sup>15</sup> O *American Israel Public Affairs Committee* (AIPAC) é uma organização bipartidária americana pró-Israel que advoga a favor dos interesses israelenses dentro dos Estados Unidos (Pinto, 2015, p. 43-44). Ver capítulo 4.

paz, mas que não iriam “forçar” ou “impor” qualquer negociação (Freeman, 2012b, p. 37-38).

Na manhã do dia 11 de setembro de 2001, terroristas do grupo Al-Qaeda sequestraram aviões e os lançaram nas Torres Gêmeas do World Trade Center, em Nova Iorque, e no Pentágono, em Washington D.C., ferindo quase três mil pessoas. Esse foi o maior ataque terrorista sofrido pelos Estados Unidos na história, fazendo com que o país mudasse sua abordagem em segurança e, conseqüentemente, em política externa, principalmente para a região do Oriente Médio. Em 20 de setembro de 2001, dias após o atentado, o presidente Bush se dirigiu ao Congresso Americano com um discurso forte e objetivo: os Estados Unidos agora entrariam em uma guerra contra o terrorismo (Soares; Pereira, 2022, n.p.).

A nova postura americana frente ao Oriente Médio foi de construir o maior número de alianças possível, a fim de formar uma coalizão contra Osama bin Laden e a Al-Qaeda. Para conseguir se aproximar do mundo árabe, os EUA anunciaram apoio ao Estado Palestino e pressionaram Sharon para que se encontrasse, junto com Peres, então Ministro das Relações Exteriores, a Arafat, a fim de que um novo processo de negociações de cessar-fogo se iniciassem. Essa postura frustrou Sharon, e representou o momento mais distante entre EUA e Israel durante os anos Bush (Freedman, 2012b, p. 39).

Os esforços americanos para reiniciar o processo de paz começaram com o discurso de Bush na ONU em novembro de 2001. Na ocasião, Bush declarava que os EUA “estavam trabalhando para o dia em que os dois Estados vivam pacificamente dentro de fronteiras seguras e reconhecidas” (Freedman, 2012b, p. 39), e continuou condenando o terrorismo palestino e pedindo para que Arafat rastreasse os grupos terroristas. O secretário de Estado americano, Colin Powell, em discurso no dia 19 de novembro, voltou a enfatizar a necessidade do engajamento dos palestinos contra o terrorismo, e que para esse “esforço era necessário ações e não apenas palavras”, se referindo à prisão dos terroristas (Freedman, 2012b, p. 39).

No ano seguinte, os Estados Unidos se uniram à União Europeia, ONU e Rússia para construir um roteiro que levaria ao processo de paz entre árabes e israelenses. Publicado em 30 de abril de 2003, o Road Map defendia um plano de três fases, em que na primeira ficaria sob responsabilidade dos palestinos “declarar o fim do terrorismo e da violência contra Israel, empreender esforços para prender e

restringir indivíduos e grupos que planejam ataques contra israelenses” (Freedman, 2012b, p. 45), nomear um novo primeiro-ministro “empoderado” e estabelecer uma forte democracia parlamentar. Pelo lado de Israel, o governo deveria paralisar o confisco de residências palestinas, deportação e ataque de civis palestinos, e deveria retirar-se das áreas ocupadas conforme o desempenho da segurança palestina avançasse (Freedman, 2012b, p. 45).

Com o passar dos anos, o plano de paz criado pelo governo de Bush claramente não obteve avanços, principalmente pela falta de comprometimento de Israel e a ação de alguns grupos extremistas palestinos. A eleição de Abbas como presidente da ANP após a morte de Arafat representou uma esperança para a continuação dos planos de paz, uma vez que os EUA viam Abbas como um líder mais forte frente à luta contra o terrorismo. Entretanto, Abbas se mostrou um líder fraco, o que acabou por minar o processo de paz e o programa americano de democratização do Oriente Médio. Esse programa, que visava promover a democracia na região a fim de evitar o aumento do terrorismo, afundou principalmente após o Hamas ter vencido as eleições do Conselho Legislativo da Palestina, em janeiro de 2006, e após o grupo tomar o poder em Gaza, em junho de 2007 (Freedman, 2012b, p.71-72).

Durante o governo de Barack Obama (2009-2017), as relações entre Estados Unidos e Israel passaram por momentos estremecidos. Como defende Saltzman (2017, p. 69), os Estados Unidos estavam preocupados em diminuir sua presença política e militar no Oriente Médio, e, para isso, buscaram reiniciar o processo de paz do conflito Israel-Palestina ao pressionar Israel. Para Obama, Israel era o principal ator nesse conflito, obtendo as maiores moedas de troca políticas e territoriais, o que abriu caminho para uma nova abordagem mais imparcial e crítica à política de assentamentos levantada por Israel na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental. O objetivo americano era de conquistar maiores concessões israelenses a fim de incentivar os palestinos a retomarem as negociações, o que preocupou os policymakers israelenses (Saltzman, 2017, p. 53).

Em discurso no Cairo, capital do Egito, Obama expressou que os Estados Unidos não legitimavam a continuidade dos assentamentos israelenses, pois estas construções violavam acordos prévios e dificultavam o processo de paz (Saltzman, 2017, p. 53). Para confirmar essa posição, durante o último ano de seu governo, os Estados Unidos se abstiveram na votação da Resolução 2334 do Conselho de

Segurança da ONU, que condenava os assentamentos israelenses (Pecequilo, 2017, p. 120). Em mais um momento de instabilidade, o envolvimento estadunidense no acordo nuclear iraniano preocupou Israel, uma vez que o país o via como uma ameaça a sua segurança. Em julho de 2015, após meses de negociações, o Irã e os países do P5+1 (Estados Unidos, Reino Unido, França, China, Rússia e Alemanha) assinaram o Plano de Ação Conjunto Global (JCPOA na sigla em inglês), acordo que visava maior controle do programa nuclear do Irã (Saltzman, 2017, p. 57).

Entretanto, esses desacordos não impediram que Obama mantivesse o compromisso americano com Israel. O presidente aprovou um pacote de 38 bilhões de dólares para a década de 2018-2028, se transformando no presidente americano que mais enviou armas e dinheiro a Israel (Shlaim, 2016, n.p.). Ademais, não apoiou a inclusão da Palestina na ONU, após o pedido de Abbas em 2011, nem movimentou o processo de paz do conflito árabe-israelense durante os anos de sua presidência (Pecequilo, 2017, p. 120).

Em suma, podemos ver que as relações entre Estados Unidos e Israel seguiram um rumo de aproximação ao longo dos anos até se transformarem em uma “relação especial” após a Guerra dos Seis Dias. Essa aliança foi construída concomitantemente com o envolvimento estadunidense nos processos de paz do conflito árabe-israelense, expressado nas mediações das tentativas de resolução das hostilidades, principalmente após o fim da Guerra Fria. Os governos americanos anteriores a Trump construíram essa aliança sem grandes extremismos, de forma dissimulada e por vezes com menos concessões e algumas pressões sobre Israel. Esse padrão, entretanto, acaba mudando durante o governo de Donald Trump (2017-2021), que já em sua candidatura expressava ser abertamente pró-Israel e criticava duramente os árabes e palestinos. Essa mudança será discutida a seguir, no capítulo 3.

### 3 - AS RELAÇÕES EUA-ISRAEL DURANTE O GOVERNO TRUMP (2017-2021)

Diferente de seus predecessores, o governo de Donald Trump (2017-2021) alterou alguns aspectos que eram comuns à política externa americana, principalmente relacionados ao Oriente Médio e Israel. Anteriormente, mesmo com a clara aliança com Israel e a preocupação com sua segurança, os governos americanos mantinham uma abordagem mais balanceada, preocupada em manter os palestinos nas negociações de paz. Entretanto, esse padrão muda com a chegada de Trump, que decide tomar um rumo abertamente pró-Israel, sem levar em consideração as aspirações e desejos da população palestina (Erdoğan; Habash, 2020, p. 142-143).

Ainda durante sua campanha, Trump se declarou um "amigo e apoiador de longa data de Israel", dedicando algumas de suas promessas a assuntos que são caros ao país, como a situação de Jerusalém e o acordo nuclear iraniano. Em discurso ao American Israel Public Affairs Committee (AIPAC) no dia 21 de março de 2016, Trump declarou que sua prioridade número um seria desmantelar o "desastroso acordo com o Irã", se referindo ao JCPOA, alegando ser catastrófico tanto para os Estados Unidos quanto para Israel e o Oriente Médio. Ainda, Trump demonstrou ter o Irã como o inimigo número um na região, ao colocá-lo como o principal patrocinador do terrorismo ao redor do mundo e enfatizar sua participação em Gaza e na Cisjordânia, com o apoio dado ao Hamas e à Jihad Islâmica. Continuando seu discurso, Trump procurou se distanciar de seu antecessor Barack Obama, criticando a posição de seu governo acerca do conflito Israel-Palestina e prometendo que, quando eleito, iria vetar qualquer tentativa da ONU de "impor sua vontade sobre o Estado judeu", assim como prometeu que iria mudar a embaixada americana de Tel Aviv para Jerusalém. Criticou também os palestinos, que, segundo ele, vivem em uma sociedade em que "os heróis são os assassinos de judeus", e que seria impossível alcançar paz "se os terroristas são tratados como mártires" (Trump, 2016, n.p.).

Depois de seu discurso, no dia 25 de setembro de 2016, Trump reiterou sua decisão de reconhecer Jerusalém como capital de Israel. Nessa ocasião, Trump se reuniu com Netanyahu em sua casa em Nova Iorque, um dia antes do primeiro debate eleitoral contra a democrata Hillary Clinton. A declaração foi exposta por sua equipe eleitoral em um comunicado após a reunião, que expressava o

reconhecimento por Trump de que a cidade “foi a capital eterna de Israel por mais de 3.000 anos” e que, caso eleito, os EUA iriam aceitar o mandato do Congresso e reconhecer Jerusalém como capital de Israel (Exame, 2016, n.p.). Esse mandato se refere à lei aprovada em outubro de 1995 no Congresso Americano, que autorizava o reconhecimento de Jerusalém como capital unificada de Israel e o envio de recursos para a mudança da embaixada de Tel Aviv para a cidade (Exame, 2016, n.p.).

Após a eleição, enquanto ainda aguardava sua posse, Trump repercutiu a decisão americana de se abster na votação da Resolução 2334 do CSNU em seu Twitter:

Nós não podemos continuar a permitir que Israel seja tratado com tanto desdém e desrespeito total. Eles costumavam ter um grande amigo nos EUA, mas não tem [sic] mais. O início do fim foi o horrível acordo com o Irã, e agora isso (ONU)! Fique forte Israel, dia 20 de janeiro está se aproximando rapidamente! (@realDonaldTrump, 2016 apud Cavari, 2021, p., 287, tradução nossa<sup>16</sup>)

Um mês após tomar posse, Trump recebeu Netanyahu para uma visita à Casa Branca, após conversas por ligação que ambos tiveram desde a inauguração de seu governo. Três meses depois, em maio de 2017, durante suas primeiras viagens presidenciais para fora do país, Trump viajou ao Oriente Médio e visitou Israel, Cisjordânia e Arábia Saudita (Council on Foreign Relations, 2023, n.p.). Em sua passagem por Israel, visitou e rezou no Muro das Lamentações em Jerusalém, sendo o primeiro presidente a visitar o local, considerado como território ocupado pela comunidade internacional (Cavari, 2021, p. 287). Quando discursou na cerimônia de chegada ao país em Tel Aviv, na presença de Rivlin, então presidente de Israel, e de Netanyahu, Trump confirmou a intenção de suas ações ao dizer que foi a “sagrada e antiga terra para reafirmar o laço inquebrável entre os Estados Unidos e o Estado de Israel” e completou dizendo que, sob sua administração, a relação dos Estados Unidos com Israel teria uma “grande e bela diferença” (Trump, 2017 apud Cavari, 2021, p. 288). Já em Riad, na Árabia Saudita, Trump participou da Cúpula Árabe Islâmica Americana, na qual pediu união dos países muçulmanos contra extremismos e terrorismo (Council on Foreign Relations, 2023, n.p.).

---

<sup>16</sup> No original: “We cannot continue to let Israel be treated with such total disdain and disrespect. They used to have a great friend in the U.S., but not anymore. The beginning of the end was the horrible Iran deal, and now this (U.N.)! Stay strong Israel, January 20th is fast approaching!”

Mais cedo naquele mesmo mês, mais especificamente no dia 3, Trump recebeu Abbas na Casa Branca para uma conversa sobre o conflito israelense-palestino. Na ocasião, os líderes discutiram a estagnação das negociações de paz, e Trump se ofereceu como o “facilitador” de um possível acordo, que deveria ser discutido entre as partes, sem nenhuma imposição americana (Agência Brasil, 2017, n.p.).

A política de Donald Trump para o Oriente Médio era focada em conter o terrorismo, o Irã e fortalecer ainda mais a aliança com Israel. Segundo Doran (2021, p. 274-275), ao entrar na presidência, Trump buscou restabelecer a dissuasão da política americana em relação ao Irã, prometendo conter os iranianos e retificar os problemas do acordo assinado por seu antecessor. Uma de suas garantias ao povo americano era de fazer “mais com menos”, ou seja, ele faria mais que Obama, conteria seus inimigos, com menos gastos que George W. Bush, sem usar o exército americano para realizar tal feito. Para que isso acontecesse, os Estados Unidos deveriam buscar aliados que pudessem usar seus próprios recursos, e historicamente, os americanos tinham Israel, Turquia e Arábia Saudita como aliados na região, sendo que os israelenses e os sauditas também viam o Irã como inimigo em potencial (Doran, 2021, p. 247). Para Doran, a relutância de Trump em enviar o exército americano à região fazia os Estados Unidos ficarem suscetíveis aos limites de seus aliados, o que fez Israel se destacar como o único que conseguia desafiar com sucesso o Irã, principalmente através dos ataques aéreos realizados nas posições iranianas localizadas na Síria (Doran, 2021. p. 247).

Já Cavari (2021), ao fazer uma análise sobre as relações entre Israel e os Estados Unidos durante o governo de Trump, levantou a dimensão da política interna como relevante para a aproximação entre os países. Segundo o autor, as políticas de Trump que mostravam apoio a Israel foram usadas para agradar sua base eleitoral, majoritariamente formada por cristãos conservadores, e para dialogar com o eleitorado judeu democrata (Cavari, 2021, p. 293). Durante todo seu mandato e sua campanha, Trump usou de seus discursos e redes sociais para colocar o Partido Republicano e a si próprio como os verdadeiros aliados de Israel, enquanto os democratas seriam “anti-Israel”. Isso pode ser visto em seu discurso sobre política externa em Washington no dia 27 de abril de 2016, ainda antes de sua eleição:

Israel, o nosso grande amigo e a única verdadeira democracia no Médio Oriente, foi desprezado e criticado por uma administração que carece de clareza moral. [...] O Presidente Obama não tem sido amigo de Israel. Tratou o Irã com ternura e carinho e fez dele uma grande potência. O Irã tornou-se, de fato, uma grande, grande potência num período de tempo muito curto, devido ao que fizemos (Trump, 2016 apud Cavari, 2021, p. 287, tradução nossa<sup>17</sup>).

Trump também acusou os democratas de serem anti-Israel e anti-judeus em uma conversa com jornalistas no dia 8 de maio de 2019 após uma divisão interna no Partido Democrata, consequência de algumas observações feitas por uma deputada que soaram antissemitas. Na ocasião, Trump declarou: “os democratas se tornaram um partido anti-Israel. Eles se tornaram um partido antijudeu, e isso é ruim.” (Trump, 2019b apud Cavari, 2021, p. 290, tradução nossa<sup>18</sup>).

Ao final de seu mandato, em discurso que anunciava sua candidatura a reeleição, Trump citou suas políticas em relação a Israel como conquistas na política externa americana:

Reparamos a amizade da América com o nosso querido aliado, o Estado de Israel, e reconhecemos a verdadeira capital de Israel e abrimos a embaixada americana em Jerusalém. E nós reconhecemos a soberania israelense sobre as Colinas de Golã. E retirei os Estados Unidos do desastroso, simplesmente um desastre, um desastre, o desastroso acordo nuclear com o Irã, e impus as sanções mais duras da história sobre Estado patrocinador número um do terrorismo no mundo [...] Nós finalmente estamos colocando a América em primeiro lugar (Trump, 2019a apud Cavari, 2021, p. 292, tradução nossa<sup>19</sup>).

De modo a elucidar quais foram essas decisões em política externa realizadas pelo governo de Donald Trump, o restante do capítulo será dividido em quatro partes, sendo cada uma separada para uma decisão importante tomada pelo ex-presidente durante seus quatro anos de mandato. A primeira se refere ao reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel, fato prometido durante sua campanha; a segunda se debruça a entender a resposta de Trump ao JCPOA; a terceira sobre o reconhecimento da soberania israelense sobre as Colinas de Golã,

---

<sup>17</sup> No original: “Israel, our great friend and the one true democracy in the Middle East has been snubbed and criticized by an administration that lacks moral clarity. [...] President Obama has not been a friend to Israel. He has treated Iran with tender love and care and made it a great power. Iran has, indeed, become a great, great power in just a very short period of time, because of what we’ve done.”

<sup>18</sup> No original: “The Democrats have become an anti-Israel party. They’ve become an anti-Jewish party, and that’s too bad.”

<sup>19</sup> No original: “We’ve repaired America’s friendship with our cherished ally, the State of Israel, and ... we recognized the true capital of Israel and opened the American embassy in Jerusalem. And we recognized Israeli sovereignty over the Golan Heights. And I withdrew the United States from the disastrous, just a disaster, a disaster, the disastrous Iran nuclear deal, and imposed the toughest-ever sanctions on the world’s number one state sponsor of terrorism. [...] We’re finally putting America first.”

e a quarta parte sobre o novo acordo desenvolvido pelos Estados Unidos com Israel, Emirados Árabes Unidos e Bahrein e o Peace to Prosperity, plano de paz desenvolvido por Trump e Netanyahu para o conflito israelense-palestino.

### 3.1 RECONHECIMENTO DE JERUSALÉM COMO CAPITAL DE ISRAEL

A Resolução 181, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em novembro de 1947, definiu a cidade de Jerusalém com o status de *corpus separatum*, sob um regime de administração internacional. Essa definição implica que nem o Estado judeu, nem o Estado palestino poderiam exercer sua soberania sobre a cidade, que teria seu governo indicado pelo Conselho de Administração Fiduciária das Nações Unidas. A partir disso, Jerusalém buscaria acordos comerciais com ambos os Estados de forma que garantisse o desenvolvimento de sua própria economia (Cantuária; Squeff, 2022, p. 102).

A promessa eleitoral de Trump sobre o reconhecimento de Jerusalém como capital do Estado de Israel tem embasamento nas leis americanas através do Jerusalem Embassy Act, lei pública aprovada pelo Congresso em novembro de 1995. Historicamente, nenhum presidente americano realizou tal feito tanto por receio de prejudicar as relações dos EUA com o mundo árabe (Cantuária; Squeff, 2022, p. 106) quanto pelo temor de uma possível escalada de violência na região (Santos; Souza; Duarte, 2020, p. 149). Indo em direção oposta de seus antecessores, Trump anunciou o reconhecimento da cidade como capital israelense no dia 6 de novembro de 2017, mediante uma declaração dada à imprensa no Diplomatic Reception Room do Departamento de Estado, e prometeu que iria transferir a embaixada americana de Tel Aviv para Jerusalém, fato cumprido em maio de 2018, durante uma cerimônia que coincidiu com as comemorações do aniversário de 70 anos da declaração de criação do Estado de Israel (Cavari, 2021, p. 294).

Em seu pronunciamento, Trump argumentou que seria “tolice” presumir que repetir a mesma fórmula iria produzir algum resultado diferente, e que era um erro acreditar que adiar o reconhecimento de Jerusalém como capital israelense iria de alguma forma promover a causa da paz, pois isso não tinha causado a aproximação entre as partes na direção de um acordo duradouro (The White House, 2017, n.p.).

Continuando, Trump alegava que Jerusalém não era apenas o coração de três diferentes religiões, mas também era o coração de “uma das mais bem-sucedidas democracias no mundo” (The White House, 2017, n.p.), e reiterava o compromisso assumido pelos Estados Unidos de facilitar um acordo de paz entre Israel e Palestina, apresentando a decisão sobre Jerusalém como um passo para o avanço do processo de paz, mas sem descrever como o reconhecimento ajudaria na criação de um acordo duradouro (Erdoğan; Habash, 2020, p. 134). Por fim, Trump declarou que “finalmente reconhecemos o óbvio: que Jerusalém é a capital de Israel. Isso é nada mais, ou menos, que o reconhecimento da realidade. Isso é, também, a coisa certa a se fazer. É algo que precisa ser feito” (The White House, 2017, n.p., tradução nossa<sup>20</sup>).

No âmbito interno, membros do governo de Trump estavam divididos sobre a decisão do reconhecimento. O assessor do presidente, Steve Bannon, e o embaixador dos Estados Unidos em Israel, David Friedman, advogaram a favor do reconhecimento; mas, de outro lado, a equipe de segurança nacional do governo, incluindo o secretário de estado, Rex Tillerson, e o conselheiro de segurança nacional, Herbert Raymond McMaster, se opuseram à proposta, defendendo que a ação resultaria em retaliação internacional e prejudicaria as tropas e diplomatas americanos servindo no Oriente Médio (Da Vinha, 2019 apud Cavari, 2021, p. 294).

Trump, que foi fortemente afetado pelas pressões do lobby sionista, decidiu por cumprir sua promessa e reconhecer Jerusalém como capital unificada de Israel. Segundo levantamento de Spector (2019 apud Cavari, 2021, p. 294), aproximadamente 135.000 membros do grupo evangélico sionista Christians United for Israel enviaram e-mails para a Casa Branca pedindo que o presidente transferisse a embaixada americana de Tel Aviv para Jerusalém. Um dos fatores que influenciaram a decisão de Trump foi a necessidade de cumprir com sua promessa de campanha, uma vez que mencionou o reconhecimento e transferência da embaixada 29 vezes em discursos e pronunciamentos somente durante as eleições intercalares americanas em 2018, acreditando que essa ação traria ganhos políticos entre eleitores e doadores judeus (Cavari 2021, p. 294). Somada à pressão de sua base eleitoral, a decisão também coincide com a estratégia geopolítica da

---

<sup>20</sup> No original: “we finally acknowledge the obvious: that Jerusalem is Israel’s capital. This is nothing more, or less, than a recognition of reality. It is also the right thing to do. It’s something that has to be done.”

presidência de expandir o poder americano na região através de seus aliados, encorajando-os a agir contra inimigos comuns (Cavari 2021, p. 295).

A decisão repercutiu negativamente entre a comunidade internacional. A Assembleia Geral das Nações Unidas adotou uma resolução condenando o reconhecimento da cidade de Jerusalém e a transferência da embaixada, aprovada por 128 países, enquanto 35 se abstiveram e 9, incluindo Estados Unidos e Israel, votaram contra. No Conselho de Segurança, a tentativa de passar uma resolução condenando as ações americanas foi vetada pelos Estados Unidos, que é membro permanente do conselho, enquanto os outros 14 membros votaram a favor. Em Israel, a notícia foi recebida com grande apoio da população e da elite política. Netanyahu declarou que a decisão foi um passo importante no caminho da paz, e que não existiria paz sem Jerusalém como capital israelense (BBC, 2017 apud Cavari, 2021, p. 296). Já os palestinos condenaram a decisão, principalmente por reclamarem Jerusalém Ocidental como a capital de seu Estado, realizando protestos em que queimaram as bandeiras de Israel e dos Estados Unidos. O presidente da ANP, Mahmoud Abbas, declarou que reconhecer Jerusalém como capital israelense significava a abdicação, por parte dos EUA, de seu papel como mediador da paz entre os povos (BBC, 2017 apud Cavari, 2021, p. 296). Mais tarde, em setembro de 2018, os Estados Unidos foram denunciados pela ANP à Corte Internacional de Justiça, com o argumento de que sua decisão violava a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961 (CIJ, 2018).

Durante a inauguração da embaixada, no dia 14 de maio de 2018, protestos realizados pela população palestina na fronteira entre a Faixa de Gaza e Israel resultaram em confronto com mortes. Na ocasião, mais de 50 manifestantes foram assassinados pelas forças militares de Israel (BBC, 2018, n.p.). Em declaração, as forças nacionais israelenses acusaram os manifestantes de participarem de “atos de vandalismo e violência”, e alegaram que três pessoas assassinadas pelos militares estariam tentando armar explosivos próximos à cerca de Rafah (BBC, 2018, n.p.).

Como consequência do reconhecimento de Jerusalém como capital do Estado de Israel e da transferência da embaixada de Tel Aviv para a cidade, os casos de violência entre israelenses e palestinos na região cresceram consideravelmente. De acordo com um levantamento feito por Santos, Souza e

Duarte (2020, p. 151)<sup>21</sup>, durante todo o período analisado (7 de dezembro de 2016 até 6 de dezembro de 2018), houve a ocorrência de 6.154 eventos de violência política entre Israel e Palestina, com destaque para a violência por meio de rebeliões, que totalizou 4.040 eventos. No período de 7 de dezembro de 2016 até 6 de dezembro de 2017, anterior à declaração do governo Trump, foram registrados 2.263 ocasiões de violência política. Esse patamar muda e se amplia consideravelmente no mesmo período do ano seguinte, entre 7 de dezembro de 2017 e 6 de dezembro de 2018, com o aumento de 72% da quantidade total de eventos, resultando em 3.891 casos. Ademais, os autores também constataram que dezembro de 2017, após o pronunciamento de Trump, foi o mês com maior número de atos violentos entre as partes, e que 65,76% dos casos de violência do período analisado, que foram efetuados em defesa da causa palestina, aconteceram após a medida adotada pelos Estados Unidos (Santos; Souza; Duarte, 2020, p. 152-153).

É possível perceber, fato defendido pelos autores, que a decisão do reconhecimento de Jerusalém como capital israelense está diretamente relacionada com os aumentos de violência política entre israelenses e palestinos (Santos; Souza; Duarte, 2020, p. 152-153). Alinhado a isso, os atos de violência cometidos em decorrência da decisão americana também podem dificultar o processo de negociação de paz entre as partes. Segundo os autores

a convivência com atos de violência pode contribuir para a intratabilidade do conflito Israel-Palestina na medida em que aumenta o antagonismo entre as partes, contribuindo para que os palestinos reforcem sua autoimagem de vítimas, já que a maior parte dos atentados ocorreu em seu território (Santos; Souza; Duarte, 2020, p. 155).

Na sequência das declarações sobre Jerusalém e da transferência da embaixada, confirmando a existência de uma postura mais afastada dos palestinos e seus interesses, o governo de Trump anunciou, em agosto de 2018, um corte de toda a verba americana enviada à Agência das Nações Unidas de Assistência aos

---

<sup>21</sup> Os dados foram levantados a partir da caracterização de violência política como uso da força por um grupo com propósito ou motivações políticas, e retirados da base de dados *Armed Conflict Location & Event Data Project (ACLED)*, que coleta informações de eventos de violência que se enquadram no conceito de violência política. Os dados foram coletados entre 7 de dezembro de 2016 a 6 de dezembro de 2018, a partir da classificação dos eventos pela base de dados, separados em quatro categorias: "(1) batalhas — confrontos violentos diretos entre dois grupos distintos, estatais ou não-estatais; (2) violência remota — eventos que utilizam a violência sem que o perpetrador esteja presente; (3) rebeliões — demonstrações violentas por parte de uma sociedade; e (4) violência contra civis — configurada quando um grupo armado, estatal ou não, faz uso da força contra civis desarmados" (Santos; Souza; Duarte, 2020, p. 150).

Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA na sigla em inglês), que tem o papel de prover assistência humanitária para aproximadamente 5 milhões de refugiados palestinos em Gaza, Cisjordânia, Jordânia, Síria e Líbano (Erdoğan; Habash, 2020, p. 134). Em declaração oficial, o governo americano alegou que a agência deveria pedir aos palestinos que renovassem as negociações de paz, fato que foi visto como um movimento visando eliminar o direito dos palestinos de retornarem a seu território e deslegitimar o status de refugiados dessas pessoas (Erdoğan; Habash, 2020, p. 134-135). Logo após, em setembro de 2018, Nikki Haley, embaixadora dos Estados Unidos na ONU, afirmou que os anseios palestinos de retorno dos refugiados e seus descendentes às suas casas dentro das fronteiras pré-1967 estavam fora de questão (Erdoğan; Habash, 2020, p. 135).

Ainda, o governo de Trump optou por cortar toda a assistência dada pelo país através da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) aos palestinos residentes da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, e fechou o escritório da OLP em Washington, alegando que a organização não estava dando passos significativos para fomentar o avanço das negociações com Israel (Erdoğan; Habash, 2020, p. 135).

### 3.2 A RESPOSTA DE TRUMP AO PLANO DE AÇÃO CONJUNTO GLOBAL

Outra medida anunciada por Trump em período eleitoral foi a saída dos Estados Unidos do Plano de Ação Conjunto Global (JCPOA). Em seus discursos de campanha, Trump definiu o acordo como prejudicial tanto para os americanos quanto para os israelenses. Durante conversa com Netanyahu em seu primeiro mês na presidência, Trump descreveu o acordo como um dos piores acordos que ele já havia visto (Cavari, 2021, p. 303), além de que já tinha declarado em discursos que uma de suas maiores prioridades era desmantelar o “acordo desastroso” com o Irã (Trump, 2016, n.p.).

Segundo Cavari (2021, p. 303), os membros do governo Trump também se viram divididos nesse assunto. Enquanto os oficiais da equipe de segurança nacional, como o secretário de estado Rex W. Tillerson, o conselheiro de segurança nacional, Herbert Raymond McMaster, e o secretário de defesa, James Mattis, acreditavam que, apesar de existirem falhas, o acordo oferecia uma certa segurança

aos Estados Unidos; alguns funcionários do governo, como Mike Pompeo, então diretor da CIA, a embaixadora Nikki Haley e o assessor do presidente Steve Bannon, assim como outros líderes republicanos, estavam convencidos de que o JCPOA era prejudicial aos Estados Unidos e argumentaram veementemente contra ele, aconselhando o presidente a cancelar o acordo. Esses desacordos foram seguidos de algumas mudanças na Casa Branca: em março de 2018, Rex W. Tillerson foi demitido e substituído por Mike Pompeo, devido às diferenças de opiniões acerca do JCPOA, ademais da renúncia de Herbert Raymond McMaster de seu cargo, sendo substituído por John Bolton (Lantis, 2019 apud Cavari, 2021, p. 303-304).

Apenas 10 dias antes da decisão de Trump a respeito da saída ou permanência do acordo, Netanyahu preparou uma apresentação que tentava convencer o presidente Trump e o público de que os Estados Unidos deveriam sair do acordo com o Irã (Cavari, 2021, p. 304). O primeiro-ministro deu um discurso de aproximadamente 20 minutos, contendo fotografias e documentos que “provavam” a existência de um “programa de armas nucleares secretos que o Irã tem escondido há anos da comunidade internacional em seu arquivo atômico secreto”, em suas palavras (Prusher, 2018, n.p., tradução nossa<sup>22</sup>). Em resposta à apresentação, Trump declarou que foi uma prova de que ele estava “100% certo” (Ynetnews, 2018 apud Cavari, 2021, p. 304).

No dia 8 de maio de 2018, em discurso no Diplomatic Reception Room, Trump declarou a saída dos Estados Unidos do acordo e a reintegração de sanções ao Irã (Cavari, 2021, p. 304). Nas palavras de Trump, o acordo

[...] deveria proteger os Estados Unidos e nossos aliados da loucura de uma bomba nuclear iraniana, uma arma que somente colocará em risco a sobrevivência do regime iraniano. Na realidade, o acordo permitiu que o Irã continuasse enriquecendo urânio e, com o tempo, chegasse à beira de uma explosão (The White House, 2018, n.p., tradução nossa<sup>23</sup>).

Ademais, citou as “provas” apresentadas por Netanyahu, concluindo que “hoje, nós temos provas definitivas de que a promessa iraniana era uma mentira” (The White House, 2018, n.p., tradução nossa<sup>24</sup>). A decisão foi amplamente

<sup>22</sup> No original: “secret nuclear weapons program that Iran has been hiding for years from the international community in its secret atomic archive.”

<sup>23</sup> No original: “was supposed to protect the United States and our allies from the lunacy of an Iranian nuclear bomb, a weapon that will only endanger the survival of the Iranian regime. In fact, the deal allowed Iran to continue enriching uranium and, over time, reach the brink of a nuclear breakout.”

<sup>24</sup> No original: “Today, we have definitive proof that this Iranian promise was a lie.”

elogiada por Netanyahu e usada por Trump em seus discursos, de maneira a mostrar que, sob sua administração, os Estados Unidos foram capazes de impor as mais duras sanções já impostas a qualquer país (Cavari, 2021, p. 304).

### 3.3 RECONHECIMENTO DA SOBERANIA ISRAELENSE SOBRE AS COLINAS DE GOLÃ

Em 25 de março de 2019, o presidente Trump reconheceu a soberania de Israel sobre as Colinas de Golã, declarada através da Proclamação em Reconhecimento das Colinas de Golã como Parte do Estado de Israel (Cavari, 2021, p. 297). Esse território esteve sob a soberania da Síria até a ocupação de Israel na Guerra dos Seis Dias, em 1967, e sua anexação em 1981. A comunidade internacional trata as Colinas de Golã como um território ocupado por Israel, ato confirmado pela Resolução 242 do CSNU, que pedia a retirada das tropas do espaço. Essa visão também foi compartilhada pelos Estados Unidos, de Johnson até Obama, inclusive com a existência de tentativas de negociações de paz entre Israel e os árabes, que inseriram o assunto na tentativa de retornar o território às mãos sírias (Cavari, 2021, p. 298). Entretanto, em uma “decisão precipitada” que, segundo Trump, foi tomada em reunião com seus conselheiros de paz do Oriente Médio, David Friedman, embaixador dos Estados Unidos em Israel, e Jared Kushner, genro de Trump que tem laços próximos com o lobby israelense e o Knesset (Parlamento de Israel) (Cavari, 2021, p. 299), Trump decidiu descontinuar mais uma política que era seguida há décadas pelos presidentes americanos, e consequentemente, estabeleceu um precedente para as políticas expansionistas de Israel (Erdoğan; Habash, 2020, p. 136).

No entanto, essa não foi a única política de seu governo que afetou diretamente o direito dos palestinos sobre seus territórios. Trump já havia decidido modificar décadas da política americana sobre os assentamentos israelenses na Cisjordânia quando declarou, através de seu secretário de estado Mike Pompeo, no dia 18 de novembro de 2019, que os Estados Unidos não consideravam os assentamentos uma violação do direito internacional (Jakes; Halbfinger, 2018, n.p.). Essa declaração foi vista com bons olhos por Netanyahu, que já havia anunciado no dia 6 de abril de 2019, próximo das eleições do dia 9 de abril, que iniciaria uma

campanha de anexação dos assentamentos israelense no território (The Economist, 2019, n.p.). Para Erdoğan e Habash (2020, p. 136), com essa declaração os Estados Unidos não apenas validaram o objetivo de expandir os assentamentos israelenses, mas também eliminaram uma importante barreira contra a anexação dos territórios palestinos.

Cavari (2021, p. 299) explica a importância dos cálculos de política doméstica na tomada de decisão de Trump acerca das Colinas de Golã:

A decisão soma-se à tentativa de Trump de construir apoio entre a sua base evangélica pró-Israel e judeus americanos. Os líderes republicanos com fortes ligações com Israel, como os senadores Ted Cruz e Lindsay Graham, apelaram ao reconhecimento dos EUA da soberania de Israel nas Colinas de Golã e promoveram essa agenda através do Congresso. A decisão também ressoa bem com a agenda evangélica de apoio e fortalecimento de Israel contra os seus adversários (Cavari, 2021, p. 299, tradução nossa<sup>25</sup>).

Percebe-se que, através dessas três políticas de Trump em relação a Israel e ao Oriente Médio, além de algumas outras declarações que afastaram seu governo dos líderes e da população da Palestina, Trump modificou ações da política externa americana que os governos anteriores mantinham por mais de sete décadas, e, no caso das Colinas de Golã, por quatro décadas. Não obstante, o governo de Donald Trump continuou sua política alinhada a Israel até seu último ano na Casa Branca, entregando à Palestina e ao Oriente Médio, em geral, acordos de paz que descartaram a participação e os direitos da população palestina, caso que será discutido no tópico seguinte.

### 3.4 OS ACORDOS DE ABRAÃO E O PEACE TO PROSPERITY

No dia 28 de janeiro de 2020, em uma coletiva de imprensa na Casa Branca, Trump, junto de Netanyahu, anunciou o plano de paz de seu governo, o qual ele próprio denominou de “acordo do século”. Formulado sem nenhuma participação palestina, o Peace to Prosperity, nome oficial dado ao plano, pode ser separado em três seções: política, econômica e de segurança. No âmbito político, o plano afirma

---

<sup>25</sup> No original: “The decision adds to Trump’s attempt to build support among his base of pro-Israel evangelicals and American Jews. Republican leaders with strong connections to Israel such as Senators Ted Cruz and Lindsay Graham have called for US recognition of Israel sovereignty in the Golan Heights, and have promoted that agenda through Congress. The decision also resonates well with the evangelical agenda of support for and strengthening Israel against its adversaries”

não considerar que o Estado de Israel seja legalmente obrigado a fornecer aos palestinos 100% do território pré-1967 (Peace to Prosperity, 2020, p. 12), e estabelece uma lista de condições aos palestinos, que requer a abstenção de tentar se tornar membro de alguma organização internacional sem permissão de Israel e de mover alguma ação legal contra Israel em qualquer corte internacional; suspensão do pagamento de salários aos presos por terrorismo que estão cumprindo suas sentenças nas prisões de Israel, assim como para suas famílias; a promoção do desenvolvimento de instituições necessárias para a auto governança (Peace to Prosperity, 2020, p. 39); a ação frente ao Hamas e à Jihad Islâmica Palestina e o reconhecimento de Israel como um estado judeu (Erdoğan; Habash, 2020, p. 137).

No âmbito econômico, Trump pareceu tentar mudar o foco das preocupações políticas palestinas para as preocupações econômicas, abordagem que se baseia na ideia falsa de que os palestinos iriam ceder seus desejos de autodeterminação em troca de ganhos materiais, como investimentos e livre comércio (Erdoğan; Habash, 2020, p. 138). O plano oferecia mais de 50 bilhões de dólares para investimento na sociedade, governo e economia palestina ao longo de dez anos, e também previa baixas tarifas com barreiras comerciais reduzidas e investimentos em infraestruturas que estimulariam o crescimento e acabariam com a crise de desemprego no território. Ademais, a Cisjordânia seria ligada a Gaza através de uma via de acesso que passa por Israel (Erdoğan; Habash, 2020, p. 137).

No âmbito da segurança, o Estado da Palestina deveria ser inteiramente desmilitarizado, com forças de segurança capazes apenas de garantir a segurança interna, prevenir ataques terroristas, realizar a segurança fronteiriça em conjunto com Israel, Jordânia e Egito, e garantir a ordem pública (Peace to Prosperity, 2020, p. 22). Ademais, o Estado de Israel teria controle sobre as rotas do Rio Jordão até o Mar Mediterrâneo (Erdoğan; Habash, 2020, p. 138).

Para Israel as concessões foram mínimas. O plano definia que Israel deveria parar com a construção de novos assentamentos, expandir os existentes e interromper planos de avançar a construção no território da Cisjordânia (Peace to Prosperity, 2020, p. 38). Com o plano, Israel poderia anexar 97% dos assentamentos na Cisjordânia e ampliar sua soberania sobre o Vale do Jordão, diferenciando-se dos processos de paz anteriores, como os Acordos de Oslo, que buscavam o retorno dos territórios ocupados por Israel aos palestinos. O tamanho do território palestino,

através da visão do plano, consistiria em aproximadamente 70% de Gaza e da Cisjordânia, e o status dos refugiados palestinos deixaria de existir ao passo que apenas um número limitado de refugiados poderiam regressar à Palestina. Sobre Jerusalém, a cidade continuaria a capital indivisível do Estado de Israel, enquanto os palestinos poderiam fazer sua capital nos arredores de Jerusalém Oriental, situada em Kafr Akab ou Abu Dis, a qual poderia ser nomeada Jerusalém pelo Estado da Palestina (Erdoğan; Habash, 2020, p. 137).

O plano foi recebido com diversas críticas tanto de líderes árabes quanto de países ocidentais, alegando ser pouco engajado com as reivindicações palestinas e servir aos interesses israelenses. A Liga Árabe anunciou em declaração, após uma reunião emergencial em Cairo, que rejeitava o plano criado por Trump, pois o mesmo não contemplaria o mínimo dos direitos e aspirações dos palestinos, e ainda insistiram na solução de dois Estados que incluísse as fronteiras pré-1967 do território palestino. Mahmoud Abbas, que requisitou e estava presente nesta reunião, identificou o plano como uma vergonha e afirmou que cortaria laços com Israel e Estados Unidos, incluindo os laços de segurança (AlJazeera, 2020, n.p.). Já a reação dos países europeus e da ONU foi cautelosa. Antonio Guterres, secretário-geral das Nações Unidas, afirmou apoiar os dois estados vivendo em paz dentro de fronteiras seguras baseadas nas linhas pré-1967. Josep Borrell, representante da União Europeia, disse que o bloco iria analisar o acordo de Trump com base em seu compromisso com uma solução que levasse em conta as aspirações de ambos os lados (Dw, 2020, n.p.).

Para Erdoğan e Habash (2020, p. 137), o acordo parecia estar inclinado para a criação de uma Grande Israel enquanto construía uma Palestina reduzida. Seu plano apenas garantia os interesses israelenses e conferia ao Estado de Israel o status legal à sua política de apartheid. Segundo as autoras

A longo prazo, a abordagem adotada por Trump e pela sua administração servirá apenas para expandir a lacuna existente no equilíbrio de poder entre os dois lados, marginalizar palestinos e desestabilizar ainda mais o Oriente Médio. A abordagem parcial e unilateral do governo americano em relação à questão palestina minou sua credibilidade e seu papel de mediador em qualquer negociação (Erdoğan e Habash, 2020, p. 138, tradução nossa<sup>26</sup>).

---

<sup>26</sup> No original: "In the long run, the approach taken by Trump and his administration will only serve to expand the existing gap in the power balance between the two parties, marginalize Palestinians, and further destabilize the Middle East. The U.S. administration's partial and one-sided approach toward the Palestinian issue has undermined its credibility and its mediating role in any negotiation."

Alguns meses depois, os Estados Unidos lançaram um acordo de reaproximação política e econômica juntos dos Emirados Árabes Unidos (EAU), Bahrein e Israel, também conhecido como Acordos de Abraão. Assinados entre agosto e setembro de 2020, com adição do Sudão em outubro e Marrocos em dezembro do mesmo ano, os acordos visavam a ênfase no diálogo interestatal para a promoção da paz e convivência entre as diferentes etnias e religiões da região, impulsionando projetos de cooperação econômica e tecnológica entre os países, ou seja, a busca pela paz através da integração econômica (Hatje, 2023, p. 12).

Para Menezes, Nasser e Rosa (2021, p. 183), os países signatários desse acordo buscavam uma aparência de boas intenções a respeito da resolução do conflito árabe-israelense, mas, na realidade, estavam visando apenas seus respectivos interesses. O interesse de Trump com o acordo seria mostrar maior ativismo na política externa para beneficiar-se em sua reeleição; já Netanyahu via o acordo como um meio de mostrar preocupação com a paz, de forma a usá-lo como desculpa para sua política de assentamentos e anexação da Cisjordânia. Os EAU e Bahrein, que nunca entraram em guerra contra Israel, buscavam alcançar seus próprios interesses estratégicos sem parecer que estavam deixando a causa palestina de lado (The Abraham... 2020, apud Menezes; Nasser; Rosa, 2021, p. 183).

Essa visão é confirmada por Silva e Fortuna (2021, n.p.), que defendem o interesse de Trump em usar os acordos para benefício eleitoral, esperando que resultassem em uma vitória antecipada nas eleições, enquanto, para Netanyahu, os acordos seriam importantes para a promoção de sua popularidade e maximização de suas chances de reeleição. No caso de Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Sudão e Marrocos, o ganho veio através de promessas feitas pelos Estados Unidos, que atuaram como patrocinadores e anfitriões das negociações. Para EAU, o governo americano tornou pública a vontade de vender armamentos militares que somavam mais de 20 bilhões de dólares; para Bahrein, os EUA reconheceram Saraya al-Mokhtar, organização islâmica localizada no país, como um grupo terrorista; em relação ao Sudão, o país foi retirado da lista de países patrocinadores do terrorismo, organizada pelo Departamento de Estado americano; e, por fim, o Saara Ocidental foi reconhecido como parte do Reino de Marrocos (Singer, 2021, p. 3 apud Silva; Fortuna, 2021, n.p.).

Entretanto, além dos ganhos políticos e econômicos, os Acordos de Abraão representam uma aliança estratégica contra o Irã, considerado uma ameaça pelos países signatários (Silva e Fortuna, 2021, n.p.). Em discurso no dia 15 de setembro de 2020, durante a cerimônia de assinatura dos acordos ao lado de Netanyahu, do ministro das relações exteriores da EAU, Abdullah bin Zayed, e do ministro das relações exteriores de Bahrein, Al Zayani, Trump definiu o momento como uma mudança na história, em que juntos os líderes marcaram “o nascimento de um novo Oriente Médio” (The White House, 2020, n.p.). Mike Pompeo, então secretário de Estado, defendeu que os acordos “dizem a atores malignos, como a República Islâmica do Irã, que sua influência na região está diminuindo e que eles estão cada vez mais isolados e permanecerão para sempre até que mudem de direção” (The Times of Israel, 2021, apud Silva e Fortuna, 2021, n. p., tradução dos autores).

As políticas adotadas por Trump em seus quatro anos de governo representaram um completo alinhamento aos interesses e demandas israelenses, e diferente de seus predecessores, Trump preferiu tomar caminho mais aberto e “feroz” em relação à aliança com Israel e ao conflito árabe-israelense (Erdoğan; Habash, 2020, p. 143). É possível perceber, através de suas declarações, que Trump sempre demonstrou um forte e claro apoio a Israel e ao que o Estado representa, ao mesmo tempo em que se distanciou dos líderes palestinos e suas populações. Esse distanciamento teve como consequência o aumento da tensão entre os dois povos e dificultou um verdadeiro processo de paz, uma vez que a repercussão tanto do reconhecimento de Jerusalém quanto do “acordo do século” foi amplamente criticada pela população árabe e palestina.

Cavari (2021, p. 305-306) defende que as políticas realizadas pelo governo de Trump, mais especificamente a saída do JCPOA e o reconhecimento da soberania israelense sobre as Colinas de Golã e Jerusalém, foram realizadas tanto para cumprir seus compromissos de campanha com sua base eleitoral, que é esmagadoramente apoiadora de Israel, quanto para conseguir que seus aliados ajam contra inimigos em comum, como o Irã. Já para Erdoğan e Habash (2020, p. 143), o reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel, a transferência da embaixada, o fechamento do escritório da OLP em Washington e o corte de fundos americanos destinados para a UNRWA e a USAID foram claras indicações de que o governo americano já estava implementando o plano de paz antes mesmo de ser anunciado. Para as autoras, o Peace to Prosperity apenas facilitaria a anexação da

Cisjordânia e a expansão dos assentamentos judeus, o que resultaria em menos território para a população palestina, desrespeitando as resoluções aprovadas no âmbito da ONU, como a Resolução 181 e a Resolução 242, e os desejos e aspirações da população palestina.

As decisões tomadas por Trump acabaram diferenciando seu mandato de todos os seus predecessores e minaram o papel dos Estados Unidos como mediador da paz no conflito árabe-israelense, papel esse que foi construído durante décadas. Para entender essa mudança, o quarto capítulo se debruça a pensar quais foram os possíveis motivos dessa alteração, que resultou em políticas tão radicais relacionadas a Israel e, conseqüentemente, ao conflito árabe-israelense. Para isso, no próximo capítulo será estudada a política interna dos Estados Unidos e sua influência na tomada de decisão em política externa.

#### **4 - A INFLUÊNCIA DO LOBBY PRÓ-ISRAEL NA POLÍTICA EXTERNA AMERICANA**

A relação entre Estados Unidos e o Estado de Israel desempenha um papel importante na história de ambos os países, assim como nas relações e conflitos do Oriente Médio em geral. É de clara percepção que a função de Israel como aliado passou por algumas fases conforme os interesses e os “inimigos” americanos mudaram, denunciando um aspecto estratégico dessa relação, dada a necessidade estadunidense de aliados que reproduzissem os ideais da democracia capitalista e que fossem capazes de conter seus adversários na região. Essa aliança também foi de interesse estratégico israelense, tendo em vista o apoio político, econômico e militar recebido por Israel desde a criação do Estado judeu.

Entretanto, essa “relação especial” entre os dois países, por algumas vezes, surtiu consequências negativas aos americanos e seus interesses no Oriente Médio. Como descrevem Mearsheimer e Walt (2006), o embargo de petróleo pelos países da OPEP nos anos 1970, resultado do apoio americano a Israel na Guerra de Yom Kippur, e a impossibilidade de recorrer a Israel durante a Guerra do Golfo e a Revolução Iraniana, por receio de afetar ainda mais sua relação com os países árabes, fizeram com que Israel se mostrasse um parceiro caro de sustentar e se tornasse, aos poucos, um fardo estratégico (Mearsheimer; Walt, 2006, p. 45).

Tanto em seu artigo O lobby de Israel (2006) quanto em seu livro *The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy* (2007), Mearsheimer e Walt buscam entender o porquê dos Estados Unidos abdicarem de sua própria segurança e interesses para promover ações que favorecem o Estado de Israel, situação essa que nunca aconteceu antes na história do país. Através dessa pergunta, os autores teorizam acerca da política interna americana, mais precisamente dos grupos de interesses, ou lobbies, que desempenham um papel preponderante na formulação de políticas e na tomada de decisão dentro do país. Aqui, o grupo citado é o lobby de Israel, que por décadas influenciou, e ainda influencia, a política externa americana, a fim de que o apoio americano aos israelenses nunca cesse e que os interesses judeus continuem sendo cumpridos.

Sob essa perspectiva, os benefícios que Israel oferece aos Estados Unidos não poderiam explicar a força do apoio americano aos judeus. Mesmo com o argumento de que ambos os países compartilham de imperativos morais e

interesses estratégicos comuns, o nível do apoio diplomático, militar e, principalmente, econômico sobrepassa qualquer explicação já apresentada para descrever essa relação. Segundo os autores, essa aliança

não está tornando os americanos mais seguros ou mais prósperos. Pelo contrário: o apoio incondicional a Israel está a minar as relações com outros aliados dos EUA, lançando dúvidas sobre a sabedoria e a visão moral da América, ajudando a inspirar uma geração de extremistas anti-americanos e complicando os esforços dos EUA para lidar com uma região volátil mas vital. Em suma, a “relação especial” amplamente incondicional entre os Estados Unidos e Israel já não é defensável em termos estratégicos. (Mearsheimer; Walt, 2007, p. 77, tradução nossa<sup>27</sup>).

A partir disso, Mearsheimer e Walt (2007) elencaram os seis principais argumentos contados quando se visa explicar a aproximação entre os dois povos. Essas premissas, que são comumente abraçadas pelo público que apoia a causa sionista, não teriam força suficiente para influenciar a política externa americana a apoiar os israelenses, uma vez que apenas representariam lógicas morais que se baseiam em compreensões particulares da história de Israel, defendida tanto por judeus quanto por gentis (Mearsheimer; Walt, 2007, p. 78-79). A ideia de justificar o apoio ao país por ser frágil, com um povo que sofreu muito há anos atrás, ou por ser uma democracia em meio a Estados autoritários, pelos povos árabes não estarem inclinados à paz ou, simplesmente, porque seria a vontade de Deus, não parecem ser argumentos suficientes para decifrar os pilares dessa aliança, segundo a visão dos autores (Mearsheimer; Walt, 2007, p. 79).

O primeiro argumento trazido pelos autores é a ideia de que Israel seria um Estado frágil cercado de inimigos dedicados a destruí-lo, um “Davi judeu cercado por um Golias árabe hostil” (Mearsheimer; Walt, 2007, p. 81). Essa é uma imagem naturalizada por líderes israelenses e seus simpatizantes que, no entanto, não poderia estar mais longe da verdade, uma vez que Israel sempre foi mais forte militarmente que seus adversários árabes. Como visto nos conflitos árabe-israelenses de 1947 e 1948, também conhecidos como a Guerra de Independência de Israel ou o início do Nakba palestino, mesmo que por anos a ideia de que os israelenses estivessem em menor número e sem armas suficientes fosse

---

<sup>27</sup> No original: “is not making Americans safer or more prosperous. To the contrary: unconditional support for Israel is undermining relations with other U.S. allies, casting doubt on America’s wisdom and moral vision, helping inspire a generation of anti-American extremists, and complicating U.S. efforts to deal with a volatile but vital region. In short, the largely unconditional “special relationship” between the United States and Israel is no longer defensible on strategic grounds.”

compartilhada pelos sionistas, Mearsheimer e Walt argumentam que árabes e israelenses estavam em equilíbrio militarmente, e por vezes Israel estava superior aos seus vizinhos (Mearsheimer; Walt, 2007, p. 81-82). Nos conflitos subsequentes, Israel teve vitórias decisivas contra os países árabes no seu entorno, como o Egito em 1956, e como o Egito, Jordânia e Síria em 1967, antes mesmo do início da “relação especial” entre EUA e os israelenses (Mearsheimer; Walt, 2007, p. 82). Após o começo da aproximação entre americanos e judeus, Israel se tornou a maior potência militar no Oriente Médio, e isso faz com que nem países, nem grupos terroristas consigam representar uma ameaça mortal aos israelenses (Mearsheimer; Walt, 2007, p. 86).

O segundo argumento se baseia no fato de Israel ser a única democracia na região, o que justificaria o apoio. Essa teoria não se sustenta pelo fato dos EUA terem derrubado algumas democracias e apoiado várias ditaduras durante sua história, quando estas apoiavam os interesses americanos. Soma-se a isso o fato de Israel ser abertamente um Estado judeu, fato apresentado na Declaração de Independência de Israel, em maio de 1948. Mesmo tendo cidadãos de várias origens, como árabes, muçulmanos e cristãos, normalmente o judeu é considerado como tal por fazer parte de uma linhagem ancestral judaica, conjuntura que é cara aos líderes israelenses, uma vez que sempre simpatizaram com a ideia de manter uma maioria judaica dentro de seu território (Mearsheimer; Walt, 2007, p. 86-87).

Uma terceira justificativa moral usada para descrever o apoio seria o sofrimento judeu no Ocidente cristão, especialmente a tragédia do Holocausto. Existe a ideia de que, por serem perseguidos por séculos, os judeus apenas estariam seguros em seu próprio Estado judeu, o que justificaria o “tratamento especial” (Mearsheimer; Walt, 2007, p. 92). Essa ideia remonta ao sionismo político, criado por Theodor Herzl através de seu livro ‘O Estado Judaico: ensaio de uma solução moderna do problema judaico’, de 1896, após séculos de perseguição sofrida pelos judeus na Europa. Inicialmente, o pensamento sionista tinha uma origem mais religiosa, que contribuiu para que o povo judeu sobrevivesse à diáspora judaica séculos antes, por meio da ideia de “terra prometida”. O sionismo como projeto político se inicia após a publicação do livro de Herzl no século XIX, que problematizou a situação vivida pelos judeus europeus e estabeleceu um movimento que visava a criação de um Estado nacional judeu (Levy, 2015, p. 10-11).

Para a teoria sionista, a única solução para o problema enfrentado pelos judeus seria a criação de um lar nacional para seu povo. A partir disso, inicia-se uma campanha que via a Palestina histórica como o local ideal para a criação desse Estado. Inspirado pelo imperialismo europeu, Herzl propôs a fundação da Jewish Company, similar ao modelo das Companhias inglesas de colonização, e expressou suas ideias no Primeiro Congresso Sionista em 1897, criado por ele mesmo, em que foi eleito o primeiro presidente da Organização Sionista. Nesta reunião, ficou definido que a Palestina seria o local para a criação do Estado judeu, e desde então os sionistas se empenharam em conquistar esse objetivo (Gomes, 2001, p. 12-13). Em 1901, foi criado o Fundo Nacional Judaico, que tinha como objetivo a arrecadação monetária para a compra de terras para o povo judeu. E, em 1905, no Sétimo Congresso Sionista, ficou definido que apenas a Palestina interessava ao movimento (Gomes, 2001, p. 14).

Dando continuidade às justificativas, os autores defendem que a ideia dos israelenses serem engajados com a busca pela paz mesmo quando são provocados, enquanto os árabes são um povo “mau”, que não busca a paz e age com “violência indiscriminada”, também é equivocada. Essa narrativa é compartilhada repetidamente por líderes israelenses e apoiadores americanos, como Ariel Sharon, ex-primeiro-ministro israelense, que qualifica as Forças de Defesa de Israel como “o exército mais moral do mundo” (Mearsheimer; Walt, 2007, p. 98). Porém, ao examinar a história da ocupação israelense na Palestina, Mearsheimer e Walt mostram que os primeiros sionistas a chegarem no local estavam longe de serem benevolentes com a população presente. A criação de Israel em 1948 foi baseada em atos de limpeza étnica, estupros, massacres e execuções feitas pelos judeus, e essa violência continuou ao longo dos anos, tendo em vista que, entre 1949 e 1956, as forças de segurança israelenses, somadas a seus guardas civis e suas armadilhas e minas implantadas, mataram entre 2.700 e 5.000 infiltrados árabes, que em sua maioria entravam no território israelense por motivos sociais e econômicos (Morris, 2001 apud Mearsheimer; Walt, 2007, p. 99). Israel segue ocupando territórios palestinos até os dias de hoje, promovendo sua política de assentamentos na Cisjordânia e de cerco e invasões na Faixa de Gaza. O uso do terrorismo por alguns grupos palestinos, segundo os autores, não é surpresa, tendo em vista os longos anos em que os palestinos tiveram seus direitos básicos negados. Isso é admitido até pelo ex-primeiro-ministro israelense Barak,

quando declarou que, caso tivesse nascido palestino, também “teria se juntado a uma organização terrorista” (Maxwell, 2001 apud Mearsheimer; Walt, 2007, p. 102).

Essa representação do Estado de Israel como “inclinado para a paz” também é usada para criar uma narrativa sobre a Cúpula de Camp David nos anos 2000, principalmente para alegar que os palestinos não aceitaram as ofertas “generosas” dos israelenses. Para os autores, essa ideia da “generosidade” de Israel não é verdade (Mearsheimer; Walt, 2007, p. 103). A oferta mais generosa que Barak “ofereceu” aos palestinos foi o controle imediato de Gaza e o controle eventual de 91% da Cisjordânia, porém, Israel planejava manter o controle de Vale do Rio Jordão por entre 6 a 21 anos, o que significa que o real território controlado pelos palestinos seriam 81%, não 91%, sem a certeza de que Israel abandonaria o controle do vale (Mearsheimer; Walt, 2007, p. 104).

Por fim, a ideia de que o apoio americano dado a Israel estaria baseado na “vontade de Deus” está completamente equivocada. Essa premissa é defendida principalmente pelos cristãos sionistas, que veem a criação do Estado judeu como o cumprimento de uma profecia bíblica, e, dada essa crença, os judeus apenas estariam “pegando de volta” o que Deus teria dado a eles. Somado a isso, alguns cristãos veem a criação de uma “grande Israel” como o evento chave para a “batalha final”, disposta no novo testamento da Bíblia. Em ambas perspectivas, seus apoiadores acreditam que o país merece o apoio dos Estados Unidos devido à “vontade de Deus”, o que não seria justificativa suficiente para explicar essa relação, dado o fato de que o Estado e a religião são separados nos Estados Unidos (Mearsheimer; Walt, 2007, p. 107-108).

Em suma, os autores defendem que essa “afinidade cultural” e essas justificativas morais não são suficientes para explicar a notável relação entre Estados Unidos e Israel pelas últimas décadas. Para eles, a resposta por trás do apoio americano a Israel está no lobby israelense, ou lobby pró-Israel, definido pelos autores como “como uma forma abreviada de identificar a frouxa coalizão de indivíduos e organizações que trabalham ativamente para empurrar a política externa dos Estados Unidos numa direção pró-Israel.” (Mearsheimer; Walt, 2006, p. 50). Esse movimento, no entanto, não é unificado, com uma liderança central ou formado de opiniões homogêneas, uma vez que nem todos os judeus são participantes do lobby, nem concordam com todas as políticas promovidas por Israel (Mearsheimer; Walt, 2006, p. 50).

As organizações principais do lobby, como o American Israel Public Affairs Committee (AIPAC), considerada pelos autores a organização mais forte, e a Conference of Presidents of Major Jewish Organisations, são conduzidas por judeus “linha-dura”, que costumam apoiar as políticas expansionistas do Partido Likud, de que o atual primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, faz parte. Em sua maioria, os judeus americanos estão mais inclinados a grupos como o Jewish Voice for Peace, grupo que defende maiores concessões aos palestinos (Mearsheimer; Walt, 2006, p. 50).

As ações desse lobby seguem duas estratégias amplas: influência tanto no Congresso quanto no Executivo e o esforço para que Israel seja sempre retratado de forma positiva no discurso público (Mearsheimer; Walt, 2006, p. 50-51). A influência no Congresso se dá através da presença de sionistas importantes e pela pressão exercida por esse lobby, que recompensa legisladores e candidatos que cumprem sua agenda, mas pune os que a contrariam. O uso do dinheiro para a influência do lobby é essencial, principalmente nas ações do AIPAC, que dá um forte apoio financeiro para as campanhas dos políticos “amigos”, e pune os “inimigos” enviando um aporte financeiro para seus principais concorrentes, além de estimular editores de jornais a apoiar os candidatos pró-Israel (Mearsheimer; Walt, 2006, p. 51-52). No Executivo, a influência do lobby também está relacionada às doações de dinheiro para candidatos de ambos os partidos e a presença do eleitorado em estados-chave como Califórnia, Flórida, Illinois, Nova Iorque e Pensilvânia, somada à ação para assegurar que críticos de Israel não obtenham cargos na política externa (Mearsheimer; Walt, 2006, p. 53). Existe também um esforço para que o discurso presente na mídia seja favorável a uma boa imagem de Israel. Jornais como Wall Street Journal e New York Times são citados pelos autores como exemplos claramente parciais, que mesmo com alguns textos criticando pontos da política israelense, ainda têm um catálogo majoritariamente pró-Israel (Mearsheimer; Walt, 2006, p. 55). A criação da narrativa também passa pelas think tanks, que têm um papel importante na criação do debate público, principalmente através de seu próprio think tank, o Winep, mas também na Brookings Institution, Foreign Policy Research Institute e na Heritage Foundation, que empregam poucos críticos do apoio dos EUA a Israel (Mearsheimer; Walt, 2006, p. 56).

Ou seja, Mearsheimer e Walt defendem que o apoio dado a Israel tem forte influência da ação do lobby pró-Israel dentro dos Estados Unidos, mediante

financiamentos, pressões e controle da mídia para que a imagem de Israel seja mantida como “boa”, conseguindo assim direcionar a política externa americana à aliança com Israel e, por vezes, distante dos interesses nacionais dos EUA.

É possível perceber, também, o peso do aspecto religioso no apoio da população americana a Israel, principalmente vindo dos cristãos sionistas, que vêm crescendo significativamente ao longo dos anos. Esse grupo, que defende a criação de uma “grande Israel” como o evento chave para a “batalha final”, disposta no novo testamento da Bíblia, acaba também se inserindo no lobby pró-Israel, por exercer pressões sobre os políticos, votar em candidatos que declaram apoio à causa sionista e criar organizações com propósito de encorajar apoio a Israel, como o Christians United for Israel, Unity Coalition for Israel e Christians’ Israel Public Action Committee (Mearsheimer; Walt, 2007, p. 134).

Uma pesquisa do Pew Research Center de 2013 demonstra o forte apoio evangélico à causa sionista. Foi constatado que 72% dos cristãos se declaram como simpatizantes de Israel, enquanto apenas 4% se mostraram a favor da Palestina (Pew Research Center, 2013, n.p.). Em outra pesquisa, foi constatado que os evangélicos americanos defendem o direito dos judeus a Israel mais que os próprios judeus americanos, sendo 82% dos cristãos contra 40% dos judeus (LIPKA, 2013, n.p.). Esse apoio também tem distinções quando o olhar é voltado aos partidos políticos: 66% dos republicanos simpatizam mais com Israel, quando comparado a apenas 39% dos democratas (Pew Research Center, 2013, n.p.). Os republicanos, por sua vez, são majoritariamente cristãos: 82% dos republicanos e seus apoiadores se declaram como tal, e dentre esses, 38% são evangélicos (Pew Research Center, 2014, n.p.)

Historicamente, o lobby israelense dentro dos Estados Unidos apoia mais os candidatos e políticos do Partido Democrata. Obama, por exemplo, recebeu cerca de 78% dos votos dos judeus em 2008 e 69% em 2012, e na eleição de 2016, que elegeu Trump, os judeus doaram cerca de 50% de todo dinheiro recebido pelo Partido Democrata, e 25% do dinheiro arrecadado pelo Partido Republicano (Beinin, 2021, p. 210). Para Cavari (2021, p. 283-284), o apoio americano ao Estado de Israel, que desde seu início se deu além de posição ou partido político, está mudando desde os anos 2000, ao passo que os republicanos estão “dominando” o tema em campanhas eleitorais, discursos no congresso americano e nas disputas presidenciais. Na mídia, os pontos de vista dos líderes de ambos os partidos são

representados de forma diferente: enquanto os republicanos demonstram ser claramente a favor de Israel, os democratas combinam o apoio ao país com a atenção aos palestinos (Cavari, 2021, p. 283-284). Esse movimento foi evidenciado durante o governo de Trump, que declarou diversas vezes essa “diferença”, colocando os republicanos como os verdadeiros aliados do Estado de Israel.

Segundo Beinín (2021, p. 212), a aproximação dos republicanos com Israel deve-se em grande parte a uma agenda global compartilhada pela direita, que transformou a “frieza” clássica vista no governo de Eisenhower por um laço mais estreito com Israel, especialmente fundamentado nos elementos defendidos pela direita neoconservadora que dominaram a política desde a primeira eleição de Netanyahu, em 1996. Portanto, a aproximação dos republicanos com o tema teria ocorrido a partir da ascensão dos neoconservadores e do fortalecimento dos grupos evangélicos (Huberman; Nasser, 2023, n.p.).

Durante o governo de Trump, essa comunidade evangélica republicana teria pressionado o presidente a cumprir sua promessa de campanha e reconhecer Jerusalém como capital de Israel (Rossi, 2017, n.p.), assim como suas outras políticas teriam sido feitas na pretensão de satisfazer sua base eleitoral evangélica, fortemente a favor de Israel, de modo que até a imagem de mediador dos EUA no conflito árabe-israelense saiu prejudicada. É viável concluir, portanto, que a participação de grupos internos na política externa americana, mais especificamente o lobby pró-Israel, tem certa influência na tomada de decisão dos policymakers americanos, principalmente quando o intuito é aproximar Israel de seus parceiros estadunidenses. No entanto, também não podemos descartar a importância do interesse estratégico americano para a região, especificamente na pretensão do governo Trump de diminuir gastos militares no exterior e conseguir que seus aliados contivessem inimigos em comum, destacando aqui o papel de Israel na estratégia americana contra o Irã. Conclui-se, também, que a aproximação do Partido Republicano com Israel sofreu grande interferência da ascensão dos grupos neoconservadores e do envolvimento dos cristãos com as ideias sionistas e o lobby de Israel, e essa aproximação gerou, com o passar dos anos, a tentativa de angariar vantagens políticas conforme os republicanos passaram a se descrever como os “únicos” e “verdadeiros” amigos de Israel.

## 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se com o que foi exposto neste trabalho que as relações entre Estados Unidos e Israel se aprofundaram mais intensamente durante o governo de Donald Trump, momento em que os Estados Unidos se inclinam favoravelmente na sua aliança com o país e se distanciam dos palestinos e do compromisso assumido pelos governos anteriores de estabelecer um processo de paz como mediadores do conflito. Para mais, as ações tomadas por seu governo surtiram consequências negativas para as populações da região, especialmente a população palestina, que segue sendo vítima da violência do Estado de Israel traduzida em suas políticas de ocupação e assentamento de territórios palestinos por direito.

Trump se difere de seus predecessores por adotar uma retórica mais alinhada aos interesses sionistas, validando a política israelense de expansão sobre território palestino e desrespeitando os direitos da população daquele local, além de abrir margem para o fortalecimento da ideia da “Grande Israel”, defendida por políticos do Partido Likud, como o atual primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu. Esses interesses sionistas, por sua vez, são expressados fervorosamente por grupos de interesse que apoiam Israel desde o início das relações entre os países, através de seus próprios meios de pressão e convencimento sobre políticos dentro do governo americano.

No decurso do mandato de Trump, é possível perceber a presença desse lobby israelense nas pressões sofridas pelo ex-presidente para que suas promessas fossem cumpridas, assim como na postura tomada por Trump desde o início de sua campanha, abertamente pró-Israel e buscando, com isso, angariar apoio doméstico. Dentro deste lobby encontram-se os evangélicos conservadores, base eleitoral do Partido Republicano, que estão cada vez mais envolvidos com a causa e advogam dentro dos Estados Unidos pelos interesses sionistas. A partir disso, podemos concluir que a aproximação de Trump com o lobby pró-Israel se dá pelo fato de que seus eleitores tenderam a essa causa, entretanto, essa relação mais próxima entre os países também está vinculada a estratégia americana para a região, tendo em vista a importância de Israel nos planos americanos contra o Irã e o terrorismo.

## 6 - REFERÊNCIAS

AHMAD, Abdullahi Ayoade; BALOGUN, Adekunle Daoud; MOHAMED, Abdul Majid Hafiz Bin; SALLEH, Mohd Afandi. **Effect of Donald Trump Foreign Policy Toward The Muslim World: The Israeli-Palestinian Issues**. World Applied Sciences Journal, v. 35, n. 9, p. 1709-1717, 2017. Disponível em: <[https://www.idosi.org/wasj/wasj35\(9\)17/8.pdf](https://www.idosi.org/wasj/wasj35(9)17/8.pdf)>. Acesso em: 26 dez 2023.

**ARAB League rejects Trump's Middle East plan**. ALJAZEERA, 1 fev 2020. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2020/2/1/arab-league-rejects-trumps-middle-east-plan>>. Acesso em: 26 dez. 2023.

BAR-SIMAN-TOV, Yaacov. **The United States and Israel since 1948: a "special relationship"?**. Diplomatic History, v. 22, n. 2, p. 231-262, 1998. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/1467-7709.00115>>. Acesso em: 9 out. 2023.

**JERUSALEM: Trump Move Prompts Negative World Reaction**. BBC NEWS, 7 dez 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-middle-east-42250340>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

BEININ, Joel. **The US-Israeli Alliance**. In: BEININ, Joel; HADDAD, Bassam; SEIKALY, Sherene (ed). A Critical Political economy of the Middle East and North Africa. EUA: Stanford University Press, 2021.

**BENJAMIN Netanyahu promises to start annexing the West Bank**. THE ECONOMIST, 7 abr. 2019. Disponível em: <[https://www.economist.com/middle-east-and-africa/2019/04/07/binyamin-netanyahu-promises-to-start-annexing-the-west-bank?utm\\_medium=cpc.adword.pd&utm\\_source=google&ppccampaignID=19495686130&ppcadID=&utm\\_campaign=a.22brand\\_pmax&utm\\_content=conversion.direct-response.anonymous&gad\\_source=1&gclid=CjwKCAiAqY6tBhAtEiwAHeRopUQbaRUEQ71JUzxNw\\_35sl1tiAYONVWq6xpGpepTSF3MpLALz6dD1xoCG7oQAvD\\_BwE&gclid=aw.ds](https://www.economist.com/middle-east-and-africa/2019/04/07/binyamin-netanyahu-promises-to-start-annexing-the-west-bank?utm_medium=cpc.adword.pd&utm_source=google&ppccampaignID=19495686130&ppcadID=&utm_campaign=a.22brand_pmax&utm_content=conversion.direct-response.anonymous&gad_source=1&gclid=CjwKCAiAqY6tBhAtEiwAHeRopUQbaRUEQ71JUzxNw_35sl1tiAYONVWq6xpGpepTSF3MpLALz6dD1xoCG7oQAvD_BwE&gclid=aw.ds)>. Acesso em: 15 jan. 2024.

BORTOLUCI, José Henrique. **Política Externa Norte-Americana e o Conflito Árabe-Israelense (1967-1982): Dinâmica e Fatores Determinantes**. Monografia (Graduação em Relações Internacionais). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BLACK, Ian. **Donald Trump and the Middle East**. Political Insight, v. 9 n.1, p. 22-25, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/2041905818764703>>. Acesso em: 28 dez. 2023

BUENO, Guilherme. **Détente**. Revista Relações Exteriores, 15 abr. 2021. Disponível em: <<https://relacoesexteriores.com.br/glossario/detente/>>. Acesso em: 21 dez. 2023.

CANTUÁRIA, Cristian Leonardo S.; SQUEFF, Tatiana Cardoso. **O conceito de cidade internacional aplicado à Jerusalém: questões históricas e correntes**.

Revista InterAção, Rio Grande do Sul, v. 12, n. 2, p. 100–112, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/66847>>. Acesso em: 22 dez. 2023.

CAVARI, Amnon. **Trump, Israel, and the Shifting Pattern of Support for a Traditional Ally**. In: RENSHON, Stanley A.; SUEDFELD, Peter (eds) *The Trump Doctrine and the Emerging International System. The Evolving American Presidency*. EUA: Palgrave Macmillan, 2021.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. **Timeline: Trump's Foreign Policy Moments. 2023**. Disponível em: <<https://www.cfr.org/timeline/trumps-foreign-policy-moments>> Acesso em: 21 dez. 2023.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA (CIJ). **The State of Palestine institutes proceedings against the United States of America**. Haia, 28 set. 2018. Disponível em: <<https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/176/176-20180928-PRE-01-00-EN.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. Resolução 181. 29 nov. 1947. Disponível em: <<http://www.un.org>>. Acesso em: 11 de jan. 2024.

DA VINHA, L. **Competition, Conflict, and Conformity: Foreign Policy Making in the First Year of the Trump Presidency**. *Presidential Studies Quarterly*, v. 49, n. 2, p. 280–309, 2019.

DORAN, Michel. **The Trump Doctrine in the Middle East**. In: RENSHON, Stanley A.; SUEDFELD, Peter (eds) *The Trump Doctrine and the Emerging International System. The Evolving American Presidency*. EUA: Palgrave Macmillan, 2021.

DUMBRELL, John. **Clinton's Foreign Policy: between the Bushes, 1992-2000**. New York: Routledge, 2009.

**EUROPE reacts to Trump's Middle East peace plan**. DW, 29 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/germany-europe-react-to-trumps-middle-east-peace-plan/a-52182434>>. Acesso em: 17 jan. 2024.

ERDOĞAN, Ayfer; HABASH, Lourdes. **U.S. Policy Toward the Israeli-Palestinian Conflict under the Trump Administration: Continuity or Change?**. *Insight Turkey, Turquia*, v. 22, n. 1, p. 125-146, mar. 2020.

FELDBERG, Samuel. **Estados Unidos da América e Israel: uma aliança em questão**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

FIGLINO, Beatriz. **Guerra Fria: Um período, três olhares**. *INTER-RELAÇÕES, Goiás*, v. 16, p. 42, 2016.

FREEDMAN, Robert Owen. **Introduction**. In: FREEDMAN, Robert Owen (Ed.). *Israel and the United States: six decades of US-Israeli relations*. EUA: Westview Press, 2012a.

FREEDMAN, Robert Owen. **George W. Bush, Barack Obama, and the Arab-Israeli Conflict from 2001 to 2011**. In: FREEDMAN, Robert Owen (Ed.). *Israel and the United States: six decades of US-Israeli relations*. EUA: Westview Press, 2012b.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Grupo GEN, 2022. Disponível em: <<https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>>. Acesso em: 25 set. 2023.

GOMES, Aura Rejane. **A questão da Palestina e a fundação de Israel**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

HALBFINGER, David M; JAKES, Lara. **In Shift, U.S. Says Israeli Settlements in West Bank Do Not Violate International Law**. THE NEW YORK TIMES, 18 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2019/11/18/world/middleeast/trump-israel-west-bank-settlements.html>>. Acesso em: 15 jan. 2024

HATJE, Vitor Augusto Larrosa. **A Geopolítica dos Acordos de Paz de Israel (2020) e o Novo Rumo Americano**. Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional, v. 15, n. 29, 2023. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaPerspectiva/article/view/118050>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

HUBERMAN, Bruno; NASSER, Reginaldo. **Continuidades entre as políticas externas de Biden e Trump para Palestina/Israel**. OPEU, 31 out. 2023. Disponível em: <<https://www.opeu.org.br/2023/10/31/continuidades-entre-as-politicas-externas-de-biden-e-trump-para-palestina-israel/>>. Acesso em: 1 fev. 2024.

LANTIS, J. S. **‘Winning’ and ‘Losing’ the Iran Nuclear Deal: How Advocacy Coalitions and Competition shape U.S.** Foreign Policy: Politics & Policy, Bristol, v. 47, n. 3, p. 464–505, 2019.

LEVY, Sofia Débora. **Sionismo, Holocausto e revisionismo: uma análise crítica**. Revista Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Rio Grande do Sul, v.7 n.2 (jul-dez), 2015. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/webmosaica/article/view/63014/36726>> Acesso em: 30 jan. 2024

LIEBER, Robert J.. **U.S.-Israel Relations Since 1948**. Middle East Review of International Affairs, Nova Iorque, vol. 2, n. 3, set. 1998. Disponível em: <[https://ciaotest.cc.columbia.edu/olj/meria/meria98\\_lieber.html](https://ciaotest.cc.columbia.edu/olj/meria/meria98_lieber.html)>. Acesso em: 09 de out. de 2023.

LIPKA, Michael. **More white evangelicals than American Jews say God gave Israel to the Jewish people**. PEW RESEARCH CENTER, 3 out. 2013. Disponível em:

<<https://www.pewresearch.org/short-reads/2013/10/03/more-white-evangelicals-than-american-jews-say-god-gave-israel-to-the-jewish-people/>> . Acesso em: 3 fev. 2024.

LUKACS, Yehuda. **Israeli-Palestinian Conflict: a documentary record 1967-1990**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

MACEDO, Danilo. **Governo norte-americano participa do golpe militar no Brasil**. AGÊNCIA BRASIL, Brasília, 31 mar. 2014. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-03/governo-norte-americano-participa-de-golpe-militar-no-brasil>> . Acesso em: 17 jan. 2024.

MAGNOTTA, Fernanda. **Um balanço da Política Externa da Era Trump**. CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, Rio de Janeiro, jan. 2021.

**MAIS de 50 palestinos mortos em protestos contra transferência da embaixada dos EUA para Jerusalém; entenda**. BBC, 14 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44101555>> . Acesso em: 12 jan. 2024

MAXWELL, Bill. **U.S. Should Reconsider Aid to Israel**. St. Petersburg Times, 16 dez. 2001.

MEARSHEIMER, John J.; WALT, Stephen. **O Lobby de Israel**. Tradução: Otacílio Nunes Jr. Novos estudos CEBRAP, n. 76, p. 43–73, nov. 2006.

MEARSHEIMER, John J.; WALT, Stephen. **The Israel Lobby and the U.S. Foreign Policy**. 1. ed. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2007.

MENEZES, Gustavo Oliveira Teles de; NASSER, Reginaldo Mattar; ROSA Victória Perino. **De Trump a Biden: a disputa pela influência dos Estados Unidos nos Bálcãs e no Oriente Médio**. In: CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. BOJIKIAN, Neusa Maria Pereira (org). De Trump a Biden: Partidos, políticas, eleições e perspectivas. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, Editora Unesp, 2021.

MOREIRA, Guilherme; SILVA, Roberson. **Acordo de Paz de Oslo entre Israel e Palestina - 13 de setembro de 1993**. Revista Relações Exteriores, 18 out. 2023.

Disponível em:

<<https://relacoesexteriores.com.br/acordo-israel-palestina-13-setembro-1993/>> . Acesso em: 13 dez. 2023.

MORRIS, Benny. **Righteous Victims: a history of the zionist-arab conflict, 1881-2001**. New York: Vintage Books, 2001.

MOTTA, Bárbara; CAMPOS, Bruno; LEMOS, Débora. **As relações especiais Estados Unidos-Israel e a Guerra de Yom Kippur**. Relações Internacionais, Lisboa, n.º. 70, p. 127-141, jul. 2021.

NETO, Luiz Salgado. **A crise de Suez: uma sobreposição de três conflitos (1952-1956)**. Revista Cantareira, Rio de Janeiro, n. 17, fev. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/27895>>. Acesso em: 12 dez. 2023

**PEACE TO PROSPERITY: a Vision to Improve the Lives of the Palestinian and Israeli People**. The White House, jan. 2020. Disponível em: <<https://trumpwhitehouse.archives.gov/peacetoprosperity/>>. Acesso em: 17 jan. 2024

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Os Estados Unidos e o século XXI**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; FORNER, Clarissa Nascimento. **Barack Obama e o Oriente Médio: Um Panorama Crítico (2009/2017)**. Revista Carta Internacional, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 101-125, 2017. Disponível em: <<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/656/354>>. Acesso em: 21 dez. 2023.

PEW RESEARCH CENTER. **Public Remains Supportive of Israel, Wary of Iran**. 19 mar. 2013. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/politics/2013/03/19/public-remains-supportive-of-israel-wary-of-iran/>>. Acesso em: 3 fev. 2024.

PEW RESEARCH CENTER. **Republicans and Republicans learners: Religious composition of republicans and Republican leaners**. 2014. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/religion/religious-landscape-study/party-affiliation/republican-lean-rep/>>. Acesso em: 3 fev. 2024.

PINTO, Lucas Vasconcelos. **O American Israel Public Affairs Committee (AIPAC) e sua influência na política externa dos Estados Unidos**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

PRUSHER, Ilene. **Benjamin Netanyahu's Iran Deal Speech Might Have Convinced the Only Person Who Matters**. TIMES, 2 mai. 2018. Disponível em: <<https://time.com/5262607/netanyahu-trump-iran-deal-speech/>>. Acesso em: 14 jan. 2024.

QUANDT, William B. **Decade of Decisions**. EUA: University of California Press, 1977.

QUANDT, William B. **Peace process: American diplomacy and the Arab-Israeli conflict since 1967**. 3. ed. Washington, EUA: Brookings Institution Press, 2005.

ROSSI, Amanda. **O que está por trás da polêmica decisão de Trump sobre Jerusalém**. BBC, São Paulo, 7 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42263728#:~:text=%22Trump%20foi%20movido%20por%20uma,voltada%20para%20a%20comunidade%20judaica.>>>. Acesso em: 3 fev. 2024.

SAAB, Luciana. **O projeto de paz de Oslo: considerações e críticas sobre as origens do processo de paz Israel-Palestina (1991-1995)**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, UNESP/UNICAMP/PUC-SP. São Paulo, p. 161, 2016.

SALTZMAN, Ilai Z. **Not So “Special Relationship”? US-Israel Relations During Barack Obama’s Presidency**. *Israel studies*, vol. 22, n. 1, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.2979/israelstudies.22.1.03>>. Acesso em: 22 dez. 2023.

SANTOS, Marina D'Lara Siqueira; SOUZA, Matheus de Abreu Costa; DUARTE, Geraldine Marcelle Moreira Braga Rosas. **A declaração de Donald Trump sobre o status de Jerusalém e seu impacto no conflito Israel-Palestina**. *Carta Internacional*, v. 15, n. 2, 2020. Disponível em: <<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/941>>. Acesso em: 22 dez. 2023.

SILVIA, Bárbara Thaís Pinheiro; FORTUNA, David Neder Issa. **Os Acordos de Abraão: implicações regionais e internacionais**. GOMM, 12 jul. 2021. Disponível em: <<http://geommm.com.br/wp-content/uploads/2021/07/ACORDOS-DE-ABRAAO.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2024.

SINGER, Joel. **The Abraham Accords: Normalization Agreements Signed by Israel with the U.A.E, Bahrain, Sudan and Morocco**. In: STEFANELLI, Justine N. (org). *International Legal Materials*. UK: Cambridge University Press, 26 abr. 2021.

SHLAIM, Avi. **The Impact of U.S. Policy in the Middle East**. *Journal of Palestine Studies*, California, v. 17, n. 2, p. 15-28. University of California Press, 1998.

SHLAIM, Avi. **Barack Obama, John Kerry, and the Palestine saga**. *Al Jazeera*, 24 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/opinions/2016/12/24/barack-obama-john-kerry-and-the-palestine-saga>>. Acesso em: 22 dez. 2023.

SOARES, Anna Luisa; PEREIRA, Eduardo. **Declaração da Guerra ao Terror pelos EUA - 20 de setembro de 2001**. *Revista Relações Exteriores*, 26 jul. 2022. Disponível em: <<https://relacoesexteriores.com.br/declaracao-guerra-terror-eua/>>. Acesso em: 14 dez. 2023.

SPECTOR, Stephen. **This Year in Jerusalem: Prophecy, Politics, and the U.S. Embassy in Israel**. *Journal of Church and State*, Oxford, v. 61, n. 4, p. 551-571. Oxford University Press, 2019.

SPIEGEL, Steven L. **The Other Arab-Israeli Conflict: Making America's Middle East policy From Truman to Reagan**. Chicago, IL, EUA: University of Chicago Press, 1985.

**POMPEO: Normalization deals tell Iran its influence is waning, isolation growing**. *THE TIMES OF ISRAEL*, 18 nov. 2020. Disponível em:

<[https://www.timesofisrael.com/liveblog\\_entry/pompeo-normalization-deals-tell-iran-its-influence-is-waning-isolation-growing/](https://www.timesofisrael.com/liveblog_entry/pompeo-normalization-deals-tell-iran-its-influence-is-waning-isolation-growing/)>.

**THE ABRAHAM Accords: Israel–Gulf Arab Normalisation.** Strategic Comment, v.26, n.8, p.iv-v, 2020.

THE WHITE HOUSE. **Remarks by President Trump, Prime Minister Netanyahu, Minister bin Zayed, and Minister Al Zayani at the Abraham Accords Signing Ceremony.** Washington, 15 set. 2020. Disponível em: <<https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/remarks-president-trump-prime-minister-netanyahu-minister-bin-zayed-minister-al-zayani-abraham-accords-signing-ceremony/>>. Acesso em: 14 jan. 2024

THE WHITE HOUSE. **Proclamation on Recognizing the Golan Heights as Part of the State of Israel.** Washington, 25 mar. 2019. Disponível em: <<https://trumpwhitehouse.archives.gov/presidential-actions/proclamation-recognizing-golan-heights-part-state-israel/>>. Acesso em: 12 jan. 2024

THE WHITE HOUSE. **Remarks by President Trump on the Joint Comprehensive Plan of Action.** Washington, 8 mar. 2018. Disponível em: <<https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/remarks-president-trump-joint-comprehensive-plan-action/>>. Acesso em: 12 jan. 2024

THE WHITE HOUSE. **Statement by President Trump on Jerusalem.** Washington, 6 dez. 2017. Disponível em: <<https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/statement-president-trump-jerusalem/>>. Acesso em: 12 jan. 2024

TRUMP, Donald. Full text: **Donald Trump’s speech to AIPAC.** In: BEGLEY, Sarah. Read Donald Trump’s Speech to AIPAC. TIME, 21 mar. 2016. Disponível em: <<https://time.com/4267058/donald-trump-aipac-speech-transcript/>> Acesso em: 4 jan. 2024.

TRUMP, Donald. Full text: **Trump’s speech recognizing Jerusalem as capital of Israel.** In: STAFF, Toy. Full text of Trump’s speech recognizing Jerusalem as capital of Israel. TIMES OF ISRAEL, 6 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.timesofisrael.com/full-text-of-trumps-speech-recognizing-jerusalem-as-capital-of-israel/>>. Acesso em: 4 jan. 2024.

TRUMP, Donald. **Remarks Announcing Candidacy for the Republican Presidential Nomination in 2020.** The American Presidency Project, 2019a. Disponível em: <<https://www.presidency.ucsb.edu/node/332477>>.

TRUMP, Donald. **Remarks in an Exchange with Reporters Prior to Departure for Louisville, Kentucky.** The American Presidency Project, 2019b. <https://www.presidency.ucsb.edu/node/333797>.

TRUMP, Donald. **Remarks at an Arrival Ceremony with President Reuven Rivlin and Prime Minister Benjamin Netanyahu of Israel in Tel Aviv, Israel.** The

American Presidency Project, 2017. Disponível em:  
<<https://www.presidency.ucsb.edu/node/33090>>.

TRUMP, Donald. **Remarks at a Cabinet Meeting and an Exchange with Reporters**. The American Presidency Project, 2018. Disponível em:  
<<https://www.presidency.ucsb.edu/node/332554>>.

TRUMP, Donald. **Remarks on Foreign Policy**. The American Presidency Project, 2016. Disponível em: <<https://www.presidency.ucsb.edu/node/317913>>.

**TRUMP promete reconhecer Jerusalém como capital de Israel**. EXAME, 25 set. 2016. Disponível em:  
<<https://exame.com/mundo/trump-promete-reconhecer-jerusalem-como-capital-de-israel/>>. Acesso em: 7 jan. 2024

**TRUMP recebe líder palestino Mahmoud Abbas na Casa Branca**. AGÊNCIA BRASIL, 3 mar. 2017. Disponível em:  
<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-05/trump-recebe-lider-palestino-mahmoud-abbas-na-casa-branca>>. Acesso em: 8 jan. 2024

**TRUMP: Israel 'Proven Right' After Netanyahu's Exposure of Iran's Nuclear Weapons**. Archive: YNETNEWS, 2018.

VIEIRA, Rafael. **Os Acordos de Armistício que puseram fim à guerra árabe-israelense - 24 de fevereiro de 1949**. Revista Relações Exteriores, 18 out. 2023. Disponível em:  
<<https://relacoesexteriores.com.br/armisticio-guerra-arabe-israelense/>>. Acesso em: 9 fev. 2024.